



JOSÉ MARCIO R. REGO

"A TAXIONOMIA QUÁDRUPLA DA INFLAÇÃO"

Teoria, Retórica, Democracia e Classificações no Processo
Inflacionário Brasileiro

Dissertação de Mestrado apresentada à
Escola de Administração de Empresas de S. Paulo
da FGV, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública- Área de
Concentração: Economia e Finanças Públicas.

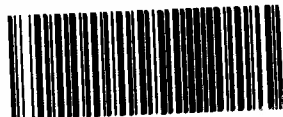
Orientador: Prof.Dr. Luiz C. Bresser Pereira



Fundação Getúlio Vargas
Escola de Administração
de Empresas de São Paulo
Biblioteca



779/91



1199100779

| | |
|----------------------------|-------------|
| EAESP - FGV | |
| SECRETARIA ESCOLAR DOS CEG | |
| RECEBIDA | |
| Em | 02/03/1990 |
| Por | Rego 768/90 |

São Paulo

1990

Am

8/2

| | |
|---|---|
| Escola de A. M. S. de S. Empresas de São Paulo | |
| Data 08-11 | N.º de Chamada 336.748.12 (81) R343t |
| N.º Volume 449/91 | Registrado por JCR |

Dis.
L. 2

para

Luiz Carlos Bresser Pereira

Mestre de Economia Política

"Não há meio mais sutil nem mais seguro de revirar a base da sociedade do que corromper a moeda. O processo mobiliza, para a destruição, todas as forças ocultas da lei econômica - e o faz de modo tal que nem mesmo um só homem em um milhão é capaz de diagnosticar".

John Maynard Keynes in
Essays in Persuasion - "Inflation and Deflation"

I

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação se preocupará fundamentalmente com o processo inflacionário brasileiro. Quando ela for formalmente apresentada e defendida, no 1º semestre de 1990, poderemos estar eventualmente sob a égide de um processo hiperinflacionário. Assim, portanto, é flagrante a relevância do tema.

A inflação brasileira é por demais complexa e a tentativa de analisá-la no âmbito de uma dissertação de Mestrado não pode ser pretensiosa. Assim, estudaremos alguns aspectos desta problemática, levando em consideração estas limitações. No entanto, como lembrava Belluzzo a respeito de Baran em sua obra "A Economia Política do Desenvolvimento": "É infinitamente mais proveitoso tratar de forma imperfeita os problemas relevantes do que chegar ao paroxismo da sofisticação no estudo de temas cujo interesse não ultrapassa, muitas vezes, a idiossincrasia do investigador".

O objetivo fundamental da dissertação será apresentar uma classificação do processo inflacionário que leve em conta os estágios da inflação, numa taxionomia quádrupla: inflação moderada, inflação inercial, inflação acelerada e hiperinflação. Seu interesse está em registrar, que em cada um dos estágios citados, o fenômeno inflacionário apresenta-se com características peculiares, no que se refere tanto às causas como (e principalmente) às políticas anti-inflacionárias cabíveis. A dissertação também tem dois objetivos subalternos: a) destacar a importância da retórica na resolução de controvérsias e no estabelecimento (e ruptura) de paradigmas entre os economistas, importância ainda não muito disseminada em nosso "campo" teórico. Como a leitura irá evidenciar, a discussão do elemento retórica não é uma refle

xão "estranha" numa dissertação sobre inflação, como poderia parecer a princípio; b) destacar a importância de considerarmos a questão da democracia na formulação de políticas econômicas latu sensu e strictu sensu, nas políticas de estabilização, não só por um "idealismo ingênuo", mas como pré-condição de efetividade. Apresentamos também os mais importantes enfoques teóricos sobre inflação, ressaltando tratar-se de uma survey eminentemente introdutória e pretensamente didática, que serve apenas como pano de fundo para nossas reflexões.

Agradecimentos - Na EAESP/FGV, desde os tempos da graduação, contei com o apoio de inúmeros professores. Alguns a menção é obrigatória: Yoshiaki Nakano, José Antonio Martins, Haroldo Giacometti, Eurico Korff, Gisela Goldstein, José C. Garcia Durand, Fernando Motta, Ruben Keinert, Esdras B. Costa, Marcos Cintra C. Albuquerque, Antonio Dal Fabbro, Luis Antonio de O. Lima, Robert Nicol, Carlos Ernesto Ferreira, Guido Mantega e Luiz Carlos Merege. O Prof. Oliveira Lima, no seu tempo de Diretor da Fundação SEADE me propiciou um oportuno apoio institucional. O Prof. Arthur Barrionuevo, ainda que de forma mais recente, foi importante como interlocutor (e amigo).

Na discussão do projeto de dissertação (formal e informal), beneficiei-me dos comentários do Prof. Oliveira Lima, do Prof. Rubens Keinert e do Prof. Bresser Pereira e do Prof. A. Barrionuevo e dos colegas e amigos Paulo Arvat, Vitória C. Saddi e Gilberto Lima. Registro que esta dissertação também em sua elaboração beneficiou-se da crítica do economista Gilberto Tadeu Lima. Meu maior débito, todavia, é para com o Prof. Luiz Carlos Bresser Pereira, que honrou-me com sua orientação inteligente. Foi decisiva sua influência intelectual neste trabalho. O que a di-


sertação apresentar de melhor, é sem dúvida fruto dos cursos ministrados por Bresser Pereira.

No final do ano passado, o Prof. Bresser fez 30 anos de docência na FGV/SP. Quem estudou (ou estuda) nesta Escola sabe da enorme importância de Bresser Pereira para esta instituição. Por isso mesmo, o Prof. Arthur Barrionuevo e eu, intentamos prestar-lhe uma homenagem, que acabou não realizada por termos pensado-a "em cima da hora".

A amizade de Bresser, a qual tive o privilégio de conquistar nestes anos, me gratifica sobremaneira. Dedicando a ele, como dedico, este trabalho, faço aqui (tardamente) a referida homenagem, bem como registro a minha gratidão. Como é de praxe, mas sempre importante registrar, os eventuais equívocos são de minha inteira responsabilidade e teimosia.

São Paulo. Fevereiro de 1990

José Marcio Rego



II

INFLAÇÃO - ENFOQUES TEÓRICOS.

"Todo mundo sabe que quaisquer dois economistas têm, inevitavelmente, três opiniões sobre o mesmo assunto. O que nem todo mundo percebe, entretanto, é que na base desta velha piada está a realidade da extrema fragilidade das doutrinas econômicas".

Francisco Lopes in O CHOQUE HETERODOXO

a) A teoria quantitativa da moeda

Nas obras de alguns dos principais filósofos da Grécia, já encontramos abordagens, ainda que superficiais, sobre questões de preço, valor e moeda, principalmente em Aristóteles (1970,1972), de forma a podermos identificar aí os primórdios da teoria monetária. Aristóteles desenvolveu clássicas proposições acerca da essência e do papel da moeda como meio de troca e como padrão de valor; referindo-se a bens utilizáveis como moeda, diferenciou nitidamente os conceitos de valor de uso e valor de troca; ademais, relacionou de forma perspicaz o conceito de bem econômico à ideia de mensurabilidade monetária de seu valor.

Conforme registra Marx, "Aristóteles vê que o valor de troca das mercadorias está suposto em seus preços. Mas como, por outro lado, só pelo preço as mercadorias possuem a forma do valor de troca, este as torna comensuráveis pelo dinheiro. Não lhe passa despercebido que essas coisas distintas, medidas pelo dinheiro, constituem grandezas totalmente incomensuráveis. O que ele procura é a unidade das mercadorias como valor de troca, o que, como grego da Antiguidade, não tinha possibilidade de encontrar. Entretanto, contorna a dificuldade permitindo ao dinheiro o papel de medida daquilo que, em si, é incomensurável, uma vez que isso se torna necessário na prática" (1982, pgs 58 e 59), ou nas palavras do próprio Aristóteles, "... que houve troca antes de haver dinheiro, é evidente; pois dar cinco camas por uma casa é o mesmo que dar pela casa o dinheiro que as cinco casas valem. É necessário que tudo tenha um preço; assim haverá sempre intercâmbio e, por conseguinte sociedade. O dinheiro, como se fora uma medida, torna as coisas comensuráveis, para as igualar em seguida. Pois não há sociedade sem intercâmbio".

bio, nem intercâmbio sem igualdade, nem tampouco igualdade sem comensurabilidade... Na verdade, é impossível que coisas tão diferentes sejam comensuráveis, mas isso é necessário na prática" (citado em Marx, 1982 pg.61).

Da Antiguidade até o Renascimento, os estudos sobre o papel da moeda na economia permaneceram praticamente paralisados. Em documentos editados por volta de 1570, Jean Bodin (Réponse aux Paradoxes de Monsieur de Malestroit, 1577/78) tentava demonstrar, numa polêmica com Malestroit, controlador da Casa da Moeda da França, que a alta interna de preços que então se observava na França não estava relacionada apenas com a diminuição do teor de ouro e prata no dinheiro em circulação (quebra do padrão monetário da unidade monetária), mas também com a maior disponibilidade de ouro no país, a partir da afluência de ouro e prata aos portos de Sevilha, que chegava à França e ao resto da Europa via contrabando. Formulava Bodin, de forma incipiente, "aquilo que iria se transformar numa das mais veneráveis leis da ortodoxia econômica, a teoria quantitativa da moeda" (Simonsen, 1980, p.5). Em 1692, John Locke escreveu Consequences on the Lowering of Interest and Raising the Value of Money, onde desenvolveu o conceito e a importância da velocidade da moeda. Para Locke, o valor da moeda não dependia somente da presença ou ausência adequadas da moeda em relação às demais mercadorias disponíveis, mas também da velocidade de sua circulação.

David Hume, em 1752, no seu Political Discourses, registra que o preço é uma relação entre a quantidade de moeda e a quantidade de mercadorias, podendo variar devido a mudanças nos níveis de qualquer uma dessas variáveis. Para Friedman, a clareza de suas idéias sobre o papel e

a importância da moeda é tal que Friedman chega a admitir que a teoria quantitativa da moeda foi praticamente definida por Hume, autor que, segundo o economista de Chicago, pode ser lido com proveito pelos economistas atuais.

Para Marx (op.cit.,p.116), a teoria da circulação de Hume pode ser resumida nos seguintes pontos: 1) os preços das mercadorias num país são determinados pela massa de dinheiro nele existente (dinheiro real ou simbólico); 2) o dinheiro circulante num país representa todas as mercadorias que aí se encontram. À proporção que aumenta o número dos representantes, a quantidade do dinheiro corresponde a uma parte maior ou menor da coisa representada a cada representante individual; 3) se aumenta a quantidade das mercadorias, seu preço baixa, ou o valor do dinheiro sobe. Se aumenta a quantidade do dinheiro, sobe inversamente o preço das mercadorias e diminui o valor do dinheiro.

Até o final do século passado, a teoria quantitativa da moeda foi esboçada por inúmeros economistas como uma relação de proporcionalidade mais ou menos precisa entre a oferta de meios de pagamento e o nível geral de preços.

Deve-se principalmente a Fisher a formulação moderna da teoria quantitativa da moeda, a partir de contribuições de Marshall e Wicksell. Marshall havia suposto anteriormente que a procura de moeda era proporcional ao produto Y_p (produto a preços constantes Y vezes o nível geral de preços p). Igualando a oferta de moeda M à procura de moeda, chega-se à equação de equilíbrio $M = KYP$ (equação de Cambridge), onde K ganhou o nome de constante marshalliana e o seu inverso, $V = \frac{1}{K}$, velocidade-renda da moeda (ou velocidade de circulação, para Fisher). Deslocando-se

para o primeiro membro K e substituindo pelo seu inverso, temos $MV = pY$. Lembrando-se que, naturalmente, para se ter uma teoria e não uma tautologia, admitia-se K constante.

b) Monetarismo

Aceitar a equação de trocas é ser monetarista? Para Simonsen, monetarismo não é a doutrina que afirma que existe uma correlação entre taxas de expansão monetária e taxas de inflação (1979, p.80). Ignácio Rangel, no seu clássico A Inflação Brasileira, aceita que "a variação do volume do meio circulante (M) é proporcional à variação do nível de preços (P)" (1963, p.6). Bresser Pereira, por sua vez, registra que a "equação de trocas é uma equação definicional e, portanto, não cabe discuti-la" (1981, p.252). Sobre este caráter definicional da equação de trocas, vale a pena registrar observações de Keynes. Segundo Keynes, a matemática é a ciência do raciocínio rigoroso, que tem uma estrutura típica consistente de quatro componentes principais: a) conceitos que não se definem, b) definições, c) postulados e d) teoremas. Galbraith diz que a maior contribuição de Fisher foi no sentido da compreensão do dinheiro: "Demonstrou numa fórmula simples como é determinado o seu valor. Ninguém, por mais avesso à matemática, deve deixar-se desconcertar por ela". Ainda registra Galbraith, "como descrição do que determina o valor do dinheiro, conforme a equação de troca ou transação criada por Fisher ainda é aceita como r^2 , ela pode muito bem perdurar" (1979, pg.192).

Se a equação de trocas é aceita por economistas de diferentes gerações e filiações, cabe perguntar: afinal o que é ser monetarista? E qual é o erro dos mesmos?

Aceitar a equação de trocas não é ser monetarista. Ser monetarista é abraçar a teoria quantitativa da moeda (derivada da equação de trocas), ou seja, é aceitar que a oferta de moeda é exógena, que a velocidade-renda da moeda é constante e que os preços aumentam em função do aumento na quantidade de moeda na economia mais que proporcional ao aumento do produto. Estas hipóteses, é óbvio, não contrariam a equação de trocas, são hipóteses possíveis de serem aceitas na própria equação (a partir dela), dado o seu caráter de definição.

Para Simonsen, a existência da correlação entre taxas de expansão monetária e taxas de inflação é questão pacificamente aceita por qualquer economista razoavelmente formado ou informado. O que caracteriza o monetarismo é o sentido da exclusividade. Para o monetarista, a única causa da inflação é a expansão dos meios de pagamento além do necessário, em função do crescimento do produto real; e a única terapia adequada é a contenção do crescimento da oferta de moeda. (ver Simonsen, 1979,p.80).

Rangel registra que "o erro dos chamados ortodoxos ou monetaristas não está na reiterada afirmação dessa verdade elementar da teoria monetária (a equação de trocas) e que, diga-se de passagem, nada tem de direitista ou esquerdista, porque muito antes de haver sido formulada por Fisher, já havia sido por Marx. O erro dos monetaristas está em haverem pretendido inferir desta verdade universal toda uma política monetária e, mais do que isso, toda uma política econômica ... Descoberta a correlação entre a variação do índice de preços e a do volume do meio circulante, os monetaristas saltaram sem maior exame para o postulado de que era o governo o responsável pela inflação, visto como é ele que,

emitindo dinheiro, faz variar o volume do meio circulante" (op.cit.,p.6)

Assim, para a teoria econômica tradicional, que tem nos economistas neoclássicos ou monetaristas seus representantes contemporâneos, a teoria quantitativa da moeda (a partir da equação de trocas) explica todo o processo inflacionário. "Se admitimos, nos termos da visão monetarista, que existe uma função de demanda por moeda real que é estável, ou, mais simplesmente, que V é constante, e que a quantidade de moeda aumenta devido a um fator exógeno qualquer, o aumento de M mais que proporcional a Y causará necessariamente a elevação dos preços. Em primeiro lugar porque essa equação (a equação de trocas) é definicional, não podendo portanto serem discutidas as relações necessárias entre as variáveis. Em segundo lugar porque, com o aumento de M , e a manutenção de V , consumidores e firmas produtoras se defrontarão com excesso de dinheiro, procurarão mais mercadorias do que estavam sendo produzidas e desencadear-se-á a inflação. Resolvida teoricamente a inflação nesses termos o único problema dos monetaristas é determinar as causas exógenas, extra-econômicas do aumento de M " (Bresser e Nakano, 1984,pgs.18 e 19).

Galbraith lembra que, já para o próprio Fisher, "a equação não era apenas uma explicação de como as coisas funcionam; ele a achava extremamente prática. Aumentando ou diminuindo a reserva de capital, poder-se-ia, concluiu Fisher, reduzir ou elevar os preços. Munido de sua fórmula ele passou da palavra à ação, formando uma associação para promover a regulamentação dos empréstimos do capital e dessa forma estabilizar os preços"(op.cit.,p.193).

Assim, a teoria quantitativa da moeda, a partir da equação de trocas, passou com o tempo a ser o dogma base do modelo e "oração" repetida pelos fanáticos, "sacerdotes" e "coroinhas", da "religião" monetarista.

Os neo-quantitativistas consideram que, das variáveis básicas em que se apóia a atividade econômica, as mais importantes são as que se relacionam à oferta de moeda. Ela, considerada como variável exógena, é o principal fator determinante da demanda agregada no setor real da economia.

Sob a influência maior dos trabalhos de Milton Friedman, a moderna teoria quantitativa, que tem na Universidade de Chicago um de seus centros mais importantes, continuou a considerar de maneira extremada o papel da moeda como elemento central da macroeconomia, daí denominar-se esta linha de pensamento de monetarismo ortodoxo. Para Milton Friedman, "a política monetária poderá contribuir para a neutralização dos principais distúrbios do sistema econômico que surgem de outras fontes. O controle da oferta monetária e sua correta adequação ao crescimento da economia pode produzir um clima favorável ao funcionamento das forças básicas do empreendimento, da engenhosidade, da invenção, do trabalho árduo e da poupança, que são os verdadeiros trampolins para o crescimento econômico. É o máximo que podemos esperar da política monetária, em nosso atual estágio de conhecimentos. Mas esse máximo está, claramente, ao nosso alcance. E é o bastante" (1968). Esta versão monetarista (a de Friedman), surge como uma reação ao modelo keynesiano. Ela pode ser concebida como uma tentativa de estabelecer um paradigma teórico macroeconômico alternativo à visão keynesiana. Esta tentativa inclusive na visão de muitos autores foi bem sucedida: "A hegemonia das idéias keynesianas

sobre o controle da demanda agregada, como forma de evitar as profundas e prolongadas recessões observadas na primeira metade do século, introduziu viés inflacionário, que se manifestou com maior ou menor intensidade nas economias industrializadas, a partir da década de 60. Vozes isoladas e críticas do otimismo das possibilidades da administração macroeconômica da demanda agregada, Milton Friedman e a escola macroeconômica da Universidade de Chicago tiveram suas teses confirmadas pela evidência empírica dos anos 60 e 70. Os limites do ativismo macroeconômico o papel das expectativas e a impossibilidade de sustentar ao mesmo tempo um nível de atividade superior e uma taxa de desemprego inferior aos estabelecidos pelos determinantes de longo-prazo foram princípios incorporados à macroeconomia dos anos 70. A chamada Curva de Phillips expandida pelas expectativas sintetizou a revisão do mainstream macroeconômico. O monetarismo saiu inequivocamente vitorioso sobre o keynesianismo ingênuo dos anos 50 e 60" (Lara Resende, 1989, pg.11).

Para Modigliani "na realidade não existem desacordos analíticos grandes entre os principais monetaristas e os não monetaristas mais destacados. Se sabe que Milton Friedman disse em alguma ocasião que: 'na atualidade todos somos keynesianos' e eu estou completamente disposto a responder-lhe dizendo que 'todos somos monetaristas', se entendermos por monetarismo assinalar um papel primordial à quantidade de dinheiro na determinação da produção e dos preços. Na realidade, a lista dos que tem sido monetaristas neste sentido desde tempos atrás é bem grande, e inclui entre outros a mim mesmo, como o demonstram meus artigos de 1944 e 1963". (Modigliani, 1977, tradução do autor).

Com esta citação do parágrafo anterior, damos razão a Kandir que alerta "para o fato de que os principais argumentos monetaristas cavaram fundo na mente da maior parte dos economistas, fazendo com que muitos dos que não se intitulam monetaristas utilizem fartamente algumas de suas concepções: Exemplificando, certas correntes do chamado keynesianismo têm se identificado crescentemente com o pensamento monetarista, a ponto de tornar suas divergências irrelevantes num âmbito teórico mais geral" (Kandir, 1989, p.37). Quando analisarmos os estágios do processo inflacionário, veremos que para o estágio em que a inflação é moderada, esta convergência não é descabida.

Friedman busca uma explicação para a manutenção da taxa de inflação a partir de um modelo com expectativas adaptativas. Neste modelo, a inflação é descrita por uma curva de Phillips com dois componentes, a expectativa de inflação e a intensidade do excesso de demanda. A expectativa de inflação é formada pelo processo adaptativo, isto é, os agentes econômicos, numa espécie de comportamento de aprendizado, formam suas expectativas com base em dois elementos: 1) a previsão para o próximo período, que é uma média ponderada das taxas de inflação efetivamente registradas nos períodos passados recentes; e 2) uma fração de correção, que é proporcional ao erro de expectativa verificado no período anterior, (a partir da formulação originalmente feita por Cagan 1956).

Supondo-se uma situação de inflação crônica e em patamares relativamente estáveis, a inflação esperada, gerada por este modelo, seria praticamente igual à inflação passada recente, já que a estabilidade minimizaria a ocorrência de erros.

O outro componente é a intensidade do excesso de demanda, que é

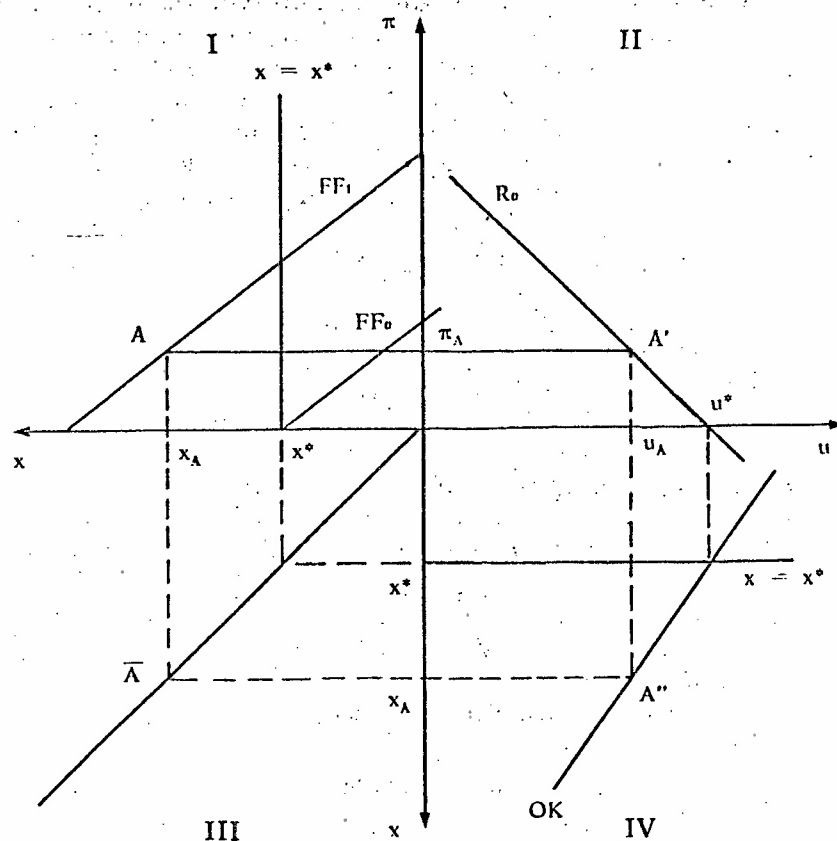
normalmente medida pela diferença (hiato) entre o produto potencial e o produto efetivo. Os monetaristas, ou neoclássicos, supõem que o produto efetivo sempre se mantém muito próximo do produto potencial. Considerando-se estas suposições em relação aos dois componentes, a inflação acaba sendo determinada pelas expectativas, adquirindo, assim, um caráter predominantemente inercial.

Em 1968 Milton Friedman(e Edmund Phelps) salientaram uma omissão de um ponto que era primordial na análise de Lipsey (1960): que um dos principais ingredientes da taxa de crescimento dos salários nominais era a taxa esperada de inflação, que Phillips havia igualado a zero em sua teoria original. Surgiu assim, a versão aceleracionista da curva de Phillips (para uma visão detalhada das versões da curva de Phillips, ver Swaelen, op.cit.). A razão desse nome - versão aceleracionista - como registrou Kandir, foi bem sintetizada por Santomero e Seater: "Se um aumento da taxa de inflação diminui a taxa de desemprego apenas temporariamente, então a única maneira de manter a taxa de desemprego permanentemente abaixo da taxa natural é elevando continuamente a taxa de inflação - isto é, acelerando os preços" (Santomero e Seater, 1978, p.516, tradução de Kandir, citado em Kandir, 1989, pg.41). Na versão aceleracionista, cada ponto percentual de inflação esperada eleva um ponto percentual na curva de Phillips. Portanto, a opção não estava entre inflação e desemprego, mas entre desemprego e inflação acima das expectativas. Para a comprovação de sua tese, Friedman e Phelps, embora por caminhos diferentes, apresentam uma nova interpretação para a curva de Phillips diferenciando-a para curto e longo prazos. Vamos nos ater aqui às hipóteses colocadas por Milton Friedman, que discorda de Phillips, por este

não distinguir salários nominais de salários reais. Retomando as condições de equilíbrio geral do quadro teórico walrasiano, Friedman admite que, em cada economia, a cada instante, existe uma "taxa natural" de desemprego. Esta hipótese diz que a taxa de desemprego pode desviar-se de seu equilíbrio no curto prazo, mas retornará ao seu nível natural de longo prazo depois de um ajustamento por expectativas inflacionárias.

E como isto se dá? Para Friedman, na análise do mercado de trabalho, os trabalhadores reagem a variações no salário real esperado da seguinte forma; dado um aumento na oferta de moeda, o efeito é um aumento da demanda e dos preços. As empresas, ao perceberem estes aumentos, expandem a oferta de produtos, demandando mais trabalho. Os trabalhadores aceitam, até perceberem os aumentos dos preços. Quando o percebem, reduzem a oferta de trabalho, reduzindo a curva de oferta de emprego e reconstituindo o nível de equilíbrio do emprego. A idéia nesta versão da curva de Phillips é que o nível de emprego crescerá enquanto os trabalhadores tiverem expectativas de que os preços cresçam a uma taxa determinada. Friedman procura mostrar "que as variações das taxas de desemprego decorrentes de uma política econômica ativa não resultam de uma variação na demanda efetiva, mas sim do fato de os trabalhadores terem por algum tempo uma expectativa equivocada de elevação dos preços. A condição essencial para a expansão do emprego dentro do paradigma neoclássico é a redução do salário real, pois só assim uma firma maximizadora de lucros demandaria mão de obra, supondo-se constante sua produtividade marginal. Na explicação de Friedman, tal redução necessária do salário real ocorreria através do equívoco dos assalariados quanto à evolução dos preços. O diferencial en-

tre o salário real esperado e o salário real efetivo, quando percebido pelo empresário, seria a base da expansão do emprego" (Kandir, op. cit., pg.40, o gráfico a seguir também é extraído deste autor).



O gráfico acima mostra esse movimento: DMO é a curva de procura de mão de obra, que tem uma relação decrescente com o salário real (w/p). SMO é a curva de oferta demão-de-obra, que é uma função crescente do salário real. O nível de emprego N_0 é dado pelo ponto de encontro das duas curvas, que estabelece ao mesmo tempo o salário real de equilíbrio $(w/p)^0$. Tal equilíbrio se dá quando os trabalhadores fazem uma correta previsão dos preços $p=p'$, sendo p' a previsão da taxa de variação dos preços dos produtos consumidos pelos trabalhadores. Se $p > p'$ ou seja, se os trabalhadores subestimam a variação dos preços, a curva SMO desloca-se verticalmente para baixo, de uma distância correspondente à subestimação da variação dos preços $p-p'$, provocando uma expansão do emprego equivalente a $N_1 - N_0$.

Todavia, segundo Friedman, mais cedo ou mais tarde os assalariados percebem seus erros. Uma vez percebida a efetiva variação dos preços decorrente de uma expansão monetária - e, portanto, a dimensão correta do salário real prospectivo -, haveria uma redução da oferta de mão de obra, restabelecendo-se aquela parcela do desemprego que teria sido artificialmente reduzida por uma mera e temporária ilusão quanto à evolução dos preços. Graficamente teríamos uma elevação vertical da curva SMO correspondente ao ajuste nas previsões dos trabalhadores. "Em outras palavras, o trade-off representado pela curva de Phillips entre variação dos salários e desemprego só prevaleceria a curto prazo, pois, a longo prazo, quando a taxa de inflação é igual a taxa esperada (os trabalhadores terminariam por acertar as expectativas), a curva de Phillips torna-se vertical, ao nível da taxa natural de desemprego" (citado em Rego, (org.) 1986,pg.36).

Friedman, ainda, retorna à "teoria quantitativa da moeda", validando-a para o curto prazo. É que, para ele, os preços não são determinados por custos, e sim pelo estoque de moeda do sistema. É o próprio Friedman quem diz: "Nós aceitamos os supostos da teoria quantitativa e percebemos que ela tem suporte nas evidências observadas, isto é, que mudanças na quantidade de moeda têm um efeito desprezível sobre a renda real no longo prazo (...). O nível de preços é o resultado conjunto de forças monetárias na determinação da renda nominal e de forças reais na determinação da renda real". Com base nestas hipóteses, podem-se resumir as características principais do monetarismo em sua versão aceleracionista da curva de Phillips, conforme faz Helmut Frish:

"1) O setor privado da economia é inerentemente estável; o sistema econô

mico retorna automaticamente ao equilíbrio de pleno emprego após um distúrbio; a taxa de desemprego volta à taxa 'natural'.

2) Qualquer taxa de crescimento da oferta monetária é compatível com o equilíbrio de pleno emprego, além de resultar em taxas diferentes de inflação.

3) Uma mudança na taxa de crescimento da oferta monetária áltera primeiramente a táxa de crescimento real da economia (e a taxa de desemprego). No longo prazo, este efeito real desaparece e só um permanente aumento na tendência da taxa de inflação permanece.

4) Discordância com relação a uma política ativista de administração da demanda, preferindo uma política monetária de longo prazo." (Frisch, citado em Rego (org.) 1986, p.36)

Em Theories of Inflation, Helmut Frisch sugere uma classificação do monetarismo em duas escolas: monetaristas I e monetaristas II. Os monetaristas I (Milton Friedman, K. Brunner, A.H. Meltzer, H.G. Johnson, D.E.W. Laidles, M.J. Parkin) aceitam as quatro proposições acima citadas. Os monetaristas II, como veremos quando analisarmos a escola das expectativas racionais (R. Lucas, Thomas Sargent, N. Wallace) não aceitam a proposição número 3 (o que significa negar a curva de Phillips mesmo a curto prazo), ao mesmo tempo em que adotam, além da neutralidade da moeda a longo prazo (proposição número 2), também a neutralidade da moeda a curto prazo. Mas antes de analisarmos os monetaristas II, apresentaremos o modelo monetarista em sua versão mais moderna, sintetizada pelo argumento de Frisch (1981), a partir de Vanderkamp (1975), como apresentado por Kandir (1989): Segundo esse argumento, um modelo standard do pensamento monetarista, pode ser representado por três equações básicas, da-

das a seguir e esquematizadas nos gráficos 3 e 4:

$$m_t = x_t + \pi_t \quad (1)$$

curva FF: equação quantitativa;

$$\pi_t = \pi_t^* - b.(\mu_t - \mu^*) \quad (2)$$

curva R: versão linearizada da curva de Phillips com hipótese de taxa natural de desemprego;

$$\mu_t - \mu_{t-1} = -a.(x_t - x_t^*) \quad (3)$$

curva OK: lei de Okun;

onde:

m_t é a taxa de crescimento da oferta monetária;

x_t é a taxa de crescimento real da renda;

x_t^* é atendência (antecipada) da taxa de crescimento real da renda;

π_t é a taxa de inflação;

π_t^* é a taxa esperada de inflação;

μ_t é a taxa de desemprego;

μ^* é a taxa natural de desemprego;

a e b são parâmetros.

Segundo o argumento monetarista, quando ocorre um impulso monetário positivo - ou seja, uma expansão monetária acima da soma das taxas esperadas de inflação e de crescimento real da economia -, tende a haver um crescimento real não esperado a curto prazo, acompanhado de uma aceleração na taxa de inflação. "Da mesma forma, se uma oferta adicional de moeda 'cair como chuva' sobre o sistema, as pessoas se ajustarão. Em parte, poderão elevar a oferta líquida de empréstimos no mercado financeiro, reduzindo a taxa de juros sobre os títulos (não monetários). Isso por sua vez, aumenta D, incentivando a substituição do bem por moeda - elevando assim, o preço do bem. Em parte, poderão aumentar direta-

te sua demanda de bens, como resultado da moeda adicional, elevando novamente o preço do bem" (Okun, 1981, pg.8).

A distribuição do impulso monetário em acréscimos nas taxas de crescimento real e crescimento na taxa de inflação não é importante para o argumento. O que importa é que, havendo uma aceleração na taxa de crescimento do produto, a taxa de desemprego cai aquém de sua taxa natural, que, para Friedman, corresponde ao desemprego friccional. A situação de superemprego provocada pelo crescimento inesperado do estoque de moeda sinaliza um desequilíbrio entre demanda e oferta, que se traduz numa aceleração da taxa de inflação, através da curva de Phillips em sua versão friedmaniana. O aumento na taxa de inflação, mantida constante a taxa de expansão monetária, tende a desacelerar as taxas de crescimento econômico e de crescimento do superemprego, considerando-se a maior demanda de moeda provocada pela aceleração da inflação. Mesmo assim, dada a situação de superemprego, a taxa de inflação continua crescendo, enquanto a taxa de crescimento se reduz até voltar a seu valor inicial e a taxa de inflação registrar um incremento de magnitude igual ao aumento inicial não esperado na taxa de crescimento monetário. Este processo está sintetizado nos gráficos 3 e 4.

A expansão além da esperada na taxa de crescimento monetário corresponde a um deslocamento para a esquerda da curva FF; em consequência a taxa de inflação, que era zero, associada ao ponto $x=x^*$ (taxa de crescimento real igual à taxa de crescimento esperada) passa para π_a , associada a uma taxa de crescimento x_a superior à taxa esperada de crescimento x^* . A soma dos incrementos nas taxas de inflação e de crescimento real é igual ao deslocamento vertical da curva FF. No entanto, ao reduzir o de-

semprego aquém de sua taxa natural, o crescimento $x_a > x^*$ desloca para a esquerda a curva representativa da lei de Okun, que está no quadrante inferior direito dos gráficos. Esse deslocamento continua até que a taxa de crescimento do produto real volte para sua posição inicial x^* e a taxa de inflação seja incrementada de um valor igual ao deslocamento vertical da curva FF. Em resumo, a idéia básica é que todo aumento não esperado da oferta monetária, expresso pela desigualdade $m_t > x_t^* + \pi_t^*$, tende a desencadear um processo de aceleração inflacionária, provocado pelo crescimento real do produto acima da taxa esperada. Essa variação nas taxas de crescimento do produto altera os parâmetros básicos da lei de Okun, dada a redução do desemprego, o que tende a levar a um processo convergente de elevação da inflação e redução da taxa de crescimento real da economia. O processo termina com o retorno da taxa de crescimento a seu valor esperado e um deslocamento ascendente da curva de Phillips de magnitude igual ao incremento na taxa de inflação provocado pelo aumento inesperado da taxa de crescimento monetário.

c) A alta de preços induz à emissão

No bojo da divergência com os monetaristas em relação ao fato de estes, a partir da teoria quantitativa da moeda, derivarem a política econômica de combate à inflação (via contenção dos meios de pagamento) não está, como vimos, a aceitação ou rejeição da equação de trocas, mas a unilateralidade ou bilateralidade na relação de causalidade entre os termos da identidade.

Bresser Pereira, em artigo escrito em 1971 (revista Visão, fevereiro), registra que "a alta correlação existente entre a quantidade de moeda e o nível de preços observada pelos monetaristas em seus estudos econométricos não constitui obstáculo. Não é preciso refutar a equação de trocas, segundo a qual a renda real multiplicada pelos preços é igual à quantidade multiplicada pela velocidade-renda da moeda, para negar a teoria quantitativa da moeda. A equação de trocas é um truismo que não pode ser negado. Não estabelece, porém, uma relação causal. Isto é feito pela teoria quantitativa, quando explica o aumento dos preços pelo aumento da quantidade de moeda".

Conforme registra Marx, o primeiro a colocar a questão da quantidade de dinheiro circulante ser determinada pelos preços das mercadorias, ao invés de os preços das mercadorias serem determinados pela quantidade de dinheiro circulante, foi James Steuart. Em Para a Crítica da Economia Política, Marx faz questão de registrar que esta obra de Steuart surgiu des anos antes da "Riqueza das Nações" de Adam Smith este fato subsidia suas observações sobre uma provável desonestidade intelectual de Adam Smith em relação a James Steuart: "Embora a questão controversa sobre a relação entre os preços das mercadorias e a

quantidade dos meios de circulação tenha agitado permanentemente o Parlamento durante este meio século, e tenha feito surgir na Inglaterra milhares de panfletos longos e breves, Steuart permaneceu relegado ao esquecimento como um "cão morto"... mesmo o historiador mais recente da CURRENCY (meio de circulação legal), MacLaren, converte Adam Smith em inventor da teoria de Steuart e Ricardo no criador da teoria de Hume. Enquanto Ricardo aperfeiçoava a teoria de Hume, Adam Smith anotava os resultados das pesquisas de Steuart como coisas de que havia esquecido. - Adam Smith aplicou à riqueza espiritual seu adágio escocês, segundo o qual " quando se ganha um pouco, torna-se geralmente fácil fazê-lo aumentar, a dificuldade porém está em ganhar este pouco inicial", e é por isto que toma um cuidado mesquinho em esconder as fontes de onde retirou o pouco do qual fez efetivamente muito. Mais uma vez, porém, prefere dissimular uma questão, pois uma formulação mais aguda obrigá-lo-ia a acertar contas com seus predecessores" (Karl Marx, op.cit. pgs 119, 120).

Steuart, em seu estudo sobre a moeda e o dinheiro, critica detalhadamente Hume. Segundo ele, " o emprego do dinheiro na circulação interna de um país pode ser resumido em dois pontos principais: o pagamento do que se deve e a compra daquilo de que se necessita; o conjunto desses dois atos constitui a demanda do ponto de vista do dinheiro... O estado do comércio e das manufaturas, o modo de existência e os gastos habituais dos habitantes, tomados em conjunto, regulam e determinam a massa de demanda para o dinheiro sonante, isto é, a massa das alienações. Para efetuar esses múltiplos pagamentos, torna-se indispensável uma certa proporção de dinheiro. Essa proporção pode aumentar e diminuir segundo as circunstâncias, embora a quantidade das alienações permaneça

a mesma... Em todo caso, a circulação em um país só pode absorver uma determinada quantidade de dinheiro. O preço de mercado da mercadoria é - determinado pela complicada operação da demanda e concorrência, que são completamente independentes da massa de ouro e prata existente em um país... Se a quantidade de ouro e prata cai abaixo do nível necessário para a circulação é compensada pela moeda simbólica ou por outros expedientes". A exposição de Steuart, para Marx, "embora se ache obscurecida por uma fantástica concepção das medidas de valor, descobre as determinações formais essenciais do dinheiro, assim como as leis gerais de sua circulação, porque não coloca mecanicamente as mercadorias de um lado, e o dinheiro do outro, mas desenvolve efetivamente as diferentes funções dos diferentes momentos da troca de mercadorias" (Marx, op.cit. p. 118).

A partir de Steuart inúmeros economistas, de diferentes referências teóricas em diferentes épocas, registraram a possibilidade de uma relação de causação na equação de trocas diferenciada da concebida pelos monetaristas, com a teoria quantitativa da moeda. Schumpeter, em 1917, escreveu que "a convicção do homem prático de que aumentos salariais puxam o nível de preços não é tão errada como se poderia acreditar se se escutasse a explicação habitual. Com MV constante (M = quantidade de moeda e V = velocidade de circulação), não pode ocorrer tal efeito. Mas, se os bancos, como resultado da decisão de alguns empresários de pedir preços mais elevados, forneceram-lhes créditos correspondentemente maiores, por exemplo, descontando faturas maiores que as anteriores, mais dinheiro dos bancos entrará em circulação e o aumento de pre-

ços desejado se tornará um fato e mesmo permanentemente possível... Isto significa, portanto, que ocorre um efeito sobre a quantidade de moeda derivado do nível antecipado de preços. Mas isso ocorre automaticamente - a decisão de pedir preços mais elevados é simplesmente um motivo para os bancos e seus clientes concederem ou solicitarem maiores créditos, créditos que só são possíveis com preços mais elevados. Aqui, os bancos, a bem dizer, permitem a elevação do nível de preços"(citado em Merkin, 1986, pg.301).

O economista francês Divisia escreveu em 1925 que "no caso em que o aumento do nível geral de preços preceder em vez de suceder à emissão de moeda, esta precedência pode durar apenas se os criadores de moeda enfrentam a falta de moeda, produzida pela precedência, criando mais moeda..."(citado em Merkin, op.cit. p.302).

Joan Robinson escreveu em 1936 que, "na verdade, a quantidade de moeda era importante na Alemanha, não porque produzia inflação, mas porque permitia que ela continuasse. Se a quantidade de moeda não houvesse expandido, pode-se supor que a taxa de juros teria sido puxada para cima, o investimento prejudicado e a poupança encorajada, de modo que o desemprego teria aparecido novamente e a alta dos salários teria sido interrompida. Mas de fato o déficit orçamentário, a política do Reichsbank de "responder às necessidades do comércio" e as várias unidades monetárias suplementares, oficiais ou não, que foram improvisadas, combinaram-se para suprir a demanda de moeda, e a baixa taxa de juros não começou a crescer sensivelmente até julho de 1922... Os defensores da teoria quantitativa, portanto, podem argumentar que foi o aumento da quantidade de moeda que permitiu que a inflação ocorresse" (citado em Merkin, p.303)

Rangel, registra que "...a verdade é que a teoria monetarista não nos diz que devemos excluir de plano a possibilidade de que a variação do volume de meio circulante seja um efeito induzido da elevação do índice geral de preços, ao invés de causa dessa elevação... Nossa hipótese, não contemplada pelos nossos "ortodoxos", supõe uma variação autônoma do nível dos preços que pode resultar da variação dos preços de alguns produtos não compensada pela variação, em sentido inverso, dos preços dos demais"(op.cit.ps.6/7).

Na visão monetarista, "de uma lógica linear impecável, esquecia-se não apenas que o aumento da quantidade de moeda pode também ser considerado endógeno ao sistema econômico, mas também não se levava em consideração que as relações causais entre as variáveis M e P podem ocorrer tanto no sentido de M determinar P quanto P determinar M" (Bresser e Nakano, 1984, p.19) e

O que aconteceria com a quantidade real de moeda dada a elevação original de p? Quando p aumenta, diminui a quantidade real de moeda (mantendo-se M constante), provocando uma crise de liquidez. "A crise de liquidez ou leva à redução do produto interno bruto, e portanto à crise, ou leva o governo e o sistema bancário a aumentarem as quantidades de moeda... Isto acontecerá mesmo que o orçamento do governo permaneça equilibrado. Diante da redução generalizada de liquidez e da iminência de crise, as autoridades monetárias serão obrigadas a emitir e também a liberar o crédito, se o próprio sistema bancário não o fizer por sua própria conta"(idem, op, cit., pg. 20). Os monetaristas podem afirmar (confundindo causa com consequência) que foi o aumento de moeda que "causou" a inflação.

d) Oferta endógena de moeda

É Kaldor quem registra que a diferença vital do modus operandi dos dois tipos de dinheiro, dinheiro-produto e dinheiro de crédito, não foi percebida por várias escolas de teoria econômica. David Hume, por exemplo, estava naturalmente pensando na oferta de ouro como determinante dominante de dinheiro em circulação, como vimos anteriormente. Walras e Marshall, idem, não obstante escreverem quando o papel-moeda era um elemento muito mais importante da circulação monetária. Irving Fisher como já registramos, via as variações na quantidade de moeda como a causa principal das flutuações de preços. Não foi questionada por nenhum deles a suposição de que a quantidade de moeda é uma variável exógena. Esta suposição é exatamente o sine qua non do monetarismo. Os monetaristas supõem que a autoridade monetária determina a chamada "base monetária". Além deste primeiro artigo "do credo monetarista", temos o segundo, que diz que a demanda pública de moeda, como proporção da renda, é estável. A partir daí os monetaristas concluem que qualquer aumento na oferta de moeda implicará que a oferta de moeda excederá a demanda no nível de rendas prevalecente. Isto acarretará um aumento dos gastos que elevará as rendas o suficiente para eliminar o excesso de oferta sobre a demanda de moeda.

Conforme registrou Kaldor, "como descrição do que ocorre numa economia moderna, e como peça de raciocínio aplicada à situação onde o dinheiro é "dinheiro de crédito" criado pela dívida pública ou privada, trata-se de uma falácia de raciocínio" (1985).

É uma aplicação ilegítima das proposições das origens da teoria quantitativa da moeda, que como vimos no início deste tópico, se aplica

va a situações em que a moeda consistia em produtos, como o ouro ou a prata, em que a quantidade total existente poderia ser vista como dada exogenamente como herança do passado; e onde repentinos e inesperados aumentos da oferta poderiam ocorrer (como a afluência de ouro e prata aos portos de Sevilha, que chegavam à França via contrabando, uma das razões apontadas por Jean Bodin para a alta interna de preços, na polémica com Malestroit, como já vimos anteriormente).

No entanto, como destacou Kaldor, o mesmo raciocínio não pode ser aplicado a casos em que a moeda não é um produto como ouro ou gado, mas um pedaço de papel (notas bancárias) ou simplesmente um registro contábil nos livros bancários. As regras relevantes na criação de dinheiro de crédito não são as mesmas que são relevantes na produção de ouro ou prata.

Na circulação capitalista, como sabemos, torna-se corrente a função do dinheiro como meio de pagamento. O dinheiro como meio de pagamento se generaliza com o crédito. Conforme registrou Marx "com o desenvolvimento do comércio e do modo de produção capitalista, se amplia, generaliza e aperfeiçoa esta base natural do sistema de crédito que é o meio de pagamento. Em geral, o dinheiro só funciona aqui como meio de pagamento, quer dizer que a mercadoria se vende não em troca de dinheiro, mas sim em troca de promessa escrita de pagar em uma determinada data". (O Capital, 1977 t.III,v.7,p.511). O crédito comercial tem origem na circulação mercantil. Na circulação capitalista surge o crédito de capital, a segunda sustentação do sistema de crédito.

A natureza do crédito de capital difere da do crédito de circulação. O crédito de capital (ao contrário do crédito de circulação, que é baseado num valor já produzido) é um direito sobre mercadorias a serem produzidas. "O crédito de capital, determinado pela natureza fundamental

da produção capitalista, que é produzir mais-valor, e que é suscetível de ser adiado, pode surgir da criação ex-nihilo de dinheiro bancário. - Essa criação é ex-nihilo porque não pressupõe a existência de uma base monetária. Ao contrário da função do dinheiro em circulação, o dinheiro bancário não é diretamente um representante do equivalente geral, mas um signo de crédito que terá que demonstrar seu caráter monetário. A originalidade do dinheiro bancário é a seguinte: é um ato de crédito baseado numa relação privada, mas o signo que expressa este dinheiro bancário adquire posteriormente um caráter social, diferente de qualquer outro tipo de dívida privada, circulando como representante do equivalente geral antes de retornar ao banco e ser destruído"(1979,p.292/3). -

Rangel explica um processo deste tipo (ainda que especialmente a partir do mecanismo particular de retenção de estoque). "A retenção de estoques no plano da empresa implica uma séria modificação de sua equação econômico-financeira. Com efeito, cresce o realizável da firma à custa do seu disponível, isto é, do caixa e dos depósitos bancários. A empresa reage, recorrendo ao sistema bancário, para restabelecer o seu disponível, e o banqueiro não vê nenhuma razão para recusar-se a socorrer a firma, tanto mais quanto seu realizável, inflado pelos estoques adicionais, responde, na análise contábil corrente, por um elevado índice de solvabilidade" (op.cit.,9 e 10).

Isso vai afetar negativamente o equilíbrio de caixa do sistema bancário. É para atender esta exigência que o governo emite. É claro que Rangel está analisando um período inflacionário historicamente determinado, mas sua argumentação não perde sentido teórico nas considerações que estamos fazendo sobre a oferta endógena de moeda. Rangel

quer dizer que, "a inflação não se gera no nível do orçamento da União uma vez que tem origem no bojo da economia, por efeito de movimento autônomo da empresa privada. O papel do governo é, portanto, passivo. Mais ainda, é difícil para ele, se não toma certas medidas, resistir às injunções do sistema econômico. Esses movimentos econômicos, além do mais, nem sempre se apresentam como tais, e sim já revestidos de caráter político, como movimento de classe que são" (op.cit., pg.11).

Como registra Wicksell: "A teoria quantitativa é baseada na tese de que a velocidade de circulação de moeda em qualquer momento dado é mais ou menos constante, umatese baseada, por sua vez, na suposição do conservadorismo de nossos hábitos de pagamento. Tal conservadorismo não pode ser negado, mas nossos hábitos de consumo profundamente enraizados são muito mais conservadores e, se os dois entram em conflito, deveria ser bastante óbvio qual deles preponderaria, apesar do fato ou talvez por isto mesmo, de que nossas solicitações habituais não mais podem ser satisfeitas". Wicksell chama a atenção para o fato de que um aumento de preços eleva o poder de compra pelo mesmo montante, de modo que não há necessidade de queda de consumo desde que haja um aumento da quantidade de moeda; em segundo lugar, ele mostra que "mesmo que as autoridades bancárias e comerciais centrais se recusem a aumentar a oferta de moeda a determinação dos consumidores de manter seu gasto real atual, conduzirá a uma mudança de hábitos de pagamento supostamente conservadores e produzirá o necessário aumento na velocidade de circulação de moeda". (Citado em Merkin, 1986, op.cit., pgs. 312/3).

III

RETÓRICA EM ECONOMIA

"O segredo da Verdade é o seguinte:
não existem fatos, só existem histórias".

João Ubaldo Ribeiro in

VIVA O POVO BRASILEIRO

Este capítulo tem duas preocupações básicas. A primeira registrar na ciência econômica o deslocamento recente em direção à análise da retórica desenvolvidos de forma pioneira, por Mc Closkey (1983) e Arida (1983). Estes autores, enquadram-se no mesmo filão teórico da sociologia do conhecimento explorado por Thomas Kuhn, em seu livro "Estrutura das Revoluções Científicas", em oposição a lógica da superação positiva. Detectaremos que os autores supracitados possuem de certa forma, a mesma perspectiva de valorização da retórica e de desvalorização do método científico, destacando-se a importância dada pelos mesmos à história da ciência na corroboração desta perspectiva.

A segunda preocupação deste capítulo é destacar, a partir da identificação de algumas regras de retórica, qual foi basicamente a retórica utilizada pelos teóricos da inflação inercial que reforçaram a forma persuasiva de suas argumentações.

O capítulo está dividido em 5 seções. Na Seção I discute-se a procedência da aplicação da perspectiva de Kuhn na Ciência Econômica recorrendo a alguns autores que fizeram esta aplicação. Na Seção II apresentamos alguns elementos da crítica de Mc Closkey ao Método Científico. Na Seção III destacamos o denominador comum (Sociologia do Conhecimento) de Kuhn, Mc Closkey e Arida, em relação à história do pensamento, à retórica e à crítica ao método científico. A Seção IV registra a retórica da teoria da inflação inercial. A Seção V conclui o capítulo.

I - APLICAÇÃO DA PERSPECTIVA DE KUHN À CIÊNCIA ECONÔMICA

Nos últimos trinta anos, mais ou menos, a opinião ortodoxa (ou metodológica convencional), conforme veremos mais adiante com Mc Closkey), tem

sofrido ataques de inúmeros cientistas e filósofos da ciência. Em especial, Kuhn propôs uma descrição alternativa a ela, interessado que estava em como e porque sucessivas gerações de cientistas profissionais adotam, reorganizam ou alteram as técnicas exploratórias nas quais foram formados, usou o termo "paradigma" para designar o núcleo doutrinário que a maioria dos cientistas profissionais estão dispostos a aceitar como axioma.

Na intensa controvérsia desencadeada pela teoria da revolução científica de Kuhn, o seu conceito de paradigma foi atacado como mal definido, sendo inaplicável à maioria das disciplinas científicas, implicando que as teorias de diferentes gerações de cientistas estavam enraizadas no dogmatismo, forma de campo de confrontação racional (ver principalmente as críticas de Lakatos e Popper in Lakatos e Musgrave, 1970). Os que preferem destacar as continuidades, mais que as descontinuidades, no progresso científico (uma preferência que tende a associar-se com um interesse na lógica da descoberta em oposição à sociologia do conhecimento), reagem de um modo forte contra a noção de uma mudança total de paradigma. Arida, que como veremos à frente adota implicitamente uma abordagem kuhniana, destaca no campo da teoria econômica esta oposição.

O que de fato a interpretação kuhniana apontou, mais claramente é a vinculação entre o desenvolvimento sócio-histórico das escolas de pensamento e o desenvolvimento intelectual no conteúdo teórico de uma disciplina. Nos lembra Deane (1980) que nem é necessário aceitar a teoria das revoluções científicas de Kuhn para considerar os conceitos de "paradigma" e de "revolução" intelectual como sendo categorias descri-

tivas convenientes a serem aplicadas numa revisão da evolução das idéias econômicas que procure levar em conta o contexto sócio-cultural de seu desenvolvimento. Como registra Deane "está praticamente fora de questão que houve paradigmas dominantes na Economia, visto que os livros textos descrevem um conjunto relacionado de teorias, conceitos e técnicas analíticas, aceitos como legítimos (embora não sendo necessariamente incrticáveis) pela maioria dos economistas; e que houve mudanças radicais na estrutura das doutrinas econômicas que determinam a situação de problemas geralmente aceita" (Deane, 1980, pg.13).

De fato, "difundiu-se rapidamente o apelo ao raciocínio paradigmático nas controvérsias em economia, e paradigma é hoje um lugar-comum para todo historiador do pensamento econômico"(Blaug, 1988,pg.1). Blaug no entanto, faz objeção em relação à aplicação da metodologia kuhniana à economia, questionando a visão de que a história do pensamento econômico seja caracterizada por "Revoluções Científicas". O artigo de Blaug tem como objetivo principal explorar as idéias de Lakatos, aplicadas a história da ciência econômica, segundo Blaug, melhores que as de Kuhn.

O problema é que Blaug acaba não sendo feliz em seu intento. Ao tentar ressaltar a maior relevância da abordagem lakatosiana da Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica (MPPC) em relação à de Kuhn acaba nos dando inúmeros elementos da importância e aplicabilidade da abordagem de Kuhn na ciência econômica. Embora cite-a, Blaug parece não dar importância à resposta de Kuhn a Lakatos, em que o primeiro minimiza as diferenças com Lakatos: "embora sua terminologia seja diferente ,

seu aparato analítico é tão próximo do meu quanto necessário: núcleo rí gido, trabalho no cinturão protetor e fase degenerativa são análogos - próximos dos meus paradigmas, ciência normal e crise" (Kuhn, citado in Blaug, 1988, pg.10).

Blaug, no item 2 de seu trabalho, sintomaticamente chamado de Re voluções Científicas na Ciência Econômica, acaba registrando aplicações da abordagem kuhniana feita por alguns economistas. Para Gordon "o postulado de Smith do indivíduo maximizador num mercado relativamente li vre, é nosso paradigma básico", (Gordon, 1965, citado em Blaug 1988, pág 12). Coats por sua vez afirma que a ciência econômica "tem sido dominada ao longo de sua história por um único paradigma, a teoria do equilíbrio econômico via mecanismo de mercado" (Coats, citado em Blaug 1988 , pg.12). Mas, registra Blaug "diferentemente de Gordon, Coats isola a as sim chamada revolução keynesiana como uma mudança de paradigma, uma revolução científica kuhniana, e subsequentemente diz quase o mesmo da as sim chamada revolução marginalista na década de 1870" (Blaug, 1988, pg.12)

Já Bronfenbrenner "depois de definir paradigma como um modo ou es trutura de pensamento ou linguagem, cita a macro-economia keynesiana, o surgimento da economia política radical, o recente renascimento da teoria quantitativa da moeda e a substituição do cruzamento hicksiano de IS e LM como casos desse tipo. Bronfenbrenner identifica três revoluções na história do pensamento econômico: "uma revolução do laissez-faire, da tando de 1752, com os Discursos Políticos de Hume; a Revolução Marginalista; da década de 1870, como uma possível segunda revolução; e a Reve lução Keynesiana de 1936" (Blaug, pg. 12).

Bronfenbrenner não é categórico em relação a utilização do conceito kuhniano de revolução científica à "Revolução Marginalista", apesar do impacto que as formulações de Jevons, Menger e Walras desencadearam na década de 70 do século passado. Blaug, que se julga um não kuhniano, curiosamente, ao tentar reconhecer as ambiguidades inerentes aos conceitos de Kuhn, registra; "Seja como for, se a ciência econômica oferece algum exemplo de Revolução Científica kuhniana, o favorito parece ser a Revolução Keynesiana" (Blaug, pg.13).

Como registrou Prado (1989)? "após apresentar sua opção por uma ciência falibilista e sua adesão ao criticismo falsificacionista, Blaug resume três importantes concepções contemporâneas em filosofia da ciência, posicionando-se frente a elas. Mostra, primeiro, como Kuhn pensa a atividade científica como um processo social intercomunicativo que se desenvolve ou no interior de paradigmas (ou matrizes disciplinares), de um modo normal, ou passando de um para outro, de um modo revolucionário. Desse modo, este autor trouxe, convém ele, a história da ciência para o debate da questão em pauta, mas. 'A Estrutura das Revoluções Científicas de Kuhn não é (propriamente) uma contribuição à metodologia mas, ao invés, uma contribuição à sociologia da ciência' (1980,pg 33). Menciona em sequência Lakatos, com sua concepção de programas progressivos e regressivos de pesquisa, que combina história da ciência com metodologia normativa, 'paradigmas' com falsificacionismo', e que instala o critério de demarcação no próprio processo de desenvolvimento do saber científico (Lakatos,1979). As conclusões deste autor são vistas com aprovação já que estabelecem 'um compromisso entre a metodologia agressiva, a-históri

ca, senão anti-histórica, de Popper, e a metodologia defensiva de Kuhn (1980, pg.34)'. Com as de Feyerabend, porém, que prega que 'tudo vale', ele não concorda. As idéias do autor de *Contra o Método* (1977) ameaçam a racionalidade da empreitada científica, pois levam a afirmar que 'não parece haver qualquer fundamento para uma escolha racional entre teorias científicas conflitantes' (1980,42,43)" - Prado, 1989, pg.235.

Ainda entre economistas estrangeiros, quem faz uma das mais didáticas e bem desenvolvidas aplicações dos conceitos kuhnianos na ciência econômica é Benjamin Ward (1975). No Brasil, Pêrsio Arida também faz uma aplicação da perspectiva de Kuhn à economia, em sua evidenciação contra o modelo de superação positiva. Para Arida, a evidência mais grave contra o modelo de superação positiva surge com a permanência de doutrinas opostas por períodos muito longos de tempo. Arida utiliza os conceitos kuhnianos de *Revolução Científica* e *paradigma*. "Tome o episódio da *Revolução Keynesiana*. Os ataques de Marget e Hayek a Keynes não foram suficientes para evitar a consolidação do paradigma keynesiano a partir dos anos quarenta; mas foram suficientes para solidificar um núcleo de resistência a este paradigma, que sobreviveu com expressão na arena do debate acadêmico americano por mais de três décadas até lograr reverter a situação e fazer dos keynesianos a resistência isolada ao paradigma vigente". (Arida, 1984, pg.18).

Estes exemplos corroboram a aplicabilidade da perspectiva kuhniana à economia. Objetivávamos com eles captar dois elementos: a) Kuhn influenciou muitos economistas que explicita ou implicitamente aplicaram seus conceitos na ciência econômica (principalmente na história do pensamento econômico) e b) esta aplicação é procedente.

Como último exemplo, destaquemos a observação de um economista "kuhniano" pré-Kuhn, da tradição do pensamento dialético, que também registra reversões ou descontinuidades na história da ciência: "Tanto Priestley quanto Scheele tinham isolado o oxigênio, mas nenhum sabia o que tinha nas mãos. Continuaram prisioneiros das categorias logísticas consagradasLavoisier, na base deste fato novo, passou a investigar toda a química flogística e foi quem primeiro descobriu que a nova espécie de ar era um novo elemento químico. Deste modo, pôs de pé toda a química que, na concepção flogística, estava invertida. Quanto à teoria da mais valia, Marx está para seus antecessores na posição em que Lavoisier está para Priestley e Scheele" (Engels, 1970,pg.15).

II - Mc Closkey - A Crítica ao Método Científico

Mc Closkey dirige no artigo intitulado "The Rhetoric of Economics (Journal of Economic Literature, Junho 1983,pg.481/517), uma fortíssima crítica ao "modernismo", a metodologia oficial dos economistas, segundo Mc Closkey, sub-produto da combinação de positivismo lógico, behaviorismo, operacionalismo e do método hipotético dedutivo da ciência. O "modernismo" está fundamentado na noção "de que nós sabemos somente o que não podemos duvidar e que não podemos realmente saber o que podemos meramente consentir" (1983, pg.484).

Mc Closkey elenca alguns preceitos básicos do modernismo: 1) Predição e controle é o objetivo da ciência; 2) somente as implicações (ou predições) observáveis de uma teoria importam para sua veracidade; 3) observabilidade gera experimentos objetivos e reproduzíveis; 4) uma teoria somente é provada como falsa se uma das suas implicações o forem; 5) ob-

jetividade deve ser venerada, uma observação subjetiva (introspecção) é conhecimento não científico; 6) quando não é possível expressar o conhecimento em números, ele é pobre e insatisfatório (famosa frase de Kelvin); 7) introspecção, crenças metafísicas e estética podem figurar no descobrimento de uma hipótese, mas não na sua justificação; 8) o papel da metodologia é separar o raciocínio científico do não científico, o raciocínio positivo do normativo; 9) uma explicação científica de um evento cobre-o de legitimidade sob a forma de uma lei de cobertura; 10) cientistas econômicos, nada tem a dizer, como cientistas, sobre valores, sejam de moralidade ou arte; 11) "Garfo de Hume": quando examinamos bibliotecas convencidos desses princípios, se pegarmos qualquer volume em nossas mãos, perguntaremos: ele contém algum raciocínio abstrato, concernente a quantidade ou números? Ele contém algum raciocínio experimental concernente a questões factuais ou de existência? Se a resposta for não, devemos abandoná-los pois eles contém apenas sofismas e ilusões.

Recorramos à Bresser Pereira para subsidiar aqui a apresentação da crítica de Mc Closkey ao método científico: "Todas as ciências tem uma aspiração a universalidade e à neutralidade ideológica. Estes objetivos foram em grande parte atingidos pela Matemática e a Lógica. Foram também alcançados pelas ciências físicas, como a Física, a Mecânica, a Química e a Biologia. Por analogia, os cientistas sociais também procuraram atingir essa mesma universalidade e neutralidade. E, entre os cientistas sociais, talvez tenham sido os economistas aqueles que mais se deixaram tomar por essa tentação" (Bresser Pereira, 1970, pg.1).

"Em 1864 um astrônomo francês, Urbain Leverrier, ao fim de alguns cálculos nos quais confrontou as observações astronômicas dos planetas conhecidos com os resultados de um sistema mecânico apropriado, foi levado a dizer que existia um planeta, ainda desconhecido, o qual, além do mais, deveria ser visível em uma certa região do céu. Observações diretas dessa região, logo confirmaram a existência daquele planeta, hoje chamado Netuno. Assim, Netuno foi descoberto não por um exame detalhado do firmamento com um telescópio, mas "na ponta de um lápis". Podemos muito bem imaginar, o sonho que este fato deve ter inspirado em todos os cientistas sociais, especialmente nos economistas. É o sonho de poder prever a localização de qualquer ação no firmamento do Mercado de Ações, amanhã ou daqui a um ano, através da solução de um sistema de equações que governam o movimento deste mercado. Sem dúvida alguma, a essência deste sonho deve ainda estar sendo alimentada no subconsciente de muitos economistas modernos" (Georgescu-Roegen, 1980, pg. 117).

Essa longa citação, dá um bom "pano de fundo" para voltarmos à crítica de Mc Closkey aos modernistas. Para ele, os economistas não seguem as leis de investigação que suas metodologias estipularam, pois em vista da volubilidade (dos economistas), as muitas metodologias oficiais acabam não servindo de base - e, segundo ele nem poderiam - para suas convicções científicas. Para Mc Closkey, os economistas argumentam (e assim deve ser), em bases bem mais amplas que as da metodologia que alegam abraçar e portanto, deveriam ter consciência de que sua retórica, muito mais do que seu método (que acaba não sendo usado) é o elemento que os levam a concordarem ou a discordarem entre si. Essa conscientização tor-

naria mais incômodo a eles rejeitarem argumentos contrários em bases meramente metodológicas. Segundo Mc Closkey, a consistência e a disposição dos argumentos entre os economistas, melhorariam, se eles reconhecessem as bases em que discutem. Para Mc Closkey, pensam os economistas modernistas estarem argumentando de forma positivista, a partir da suposição de que esta é a única base para a ciência. Contudo, em seus trabalhos científicos, argumentam sobre a aptidão das metáforas econômicas, a relevância dos precedentes históricos, a persuasão das introspecções, o poder da autoridade, o charme da simetria e as pretensões da moralidade, justamente questões destituídas de significado para o positivismo, ironicamente "não científicas".

Para Mc Closkey, nada se ganha com a metodologia, pois ela não descreve as ciências que ela uma vez pensou descrever na física e na matemática, por exemplo, porque a física e a matemática não são bons modelos para a economia. Segundo Mc Closkey, a metodologia é agora vista por muitos filósofos como constrangedoras. A ciência econômica pararia de progredir se a metodologia fosse de fato usada, pois ela é uma "camisa de força" no avanço da Economia. Para Mc Closkey, na verdade qualquer método científico é arrogante e pretensioso, simplesmente por ser um método. Não é por outra razão, que Colin Forster, da Australian National University, após ler o artigo de Mc Closkey sugeriu-lhe ironicamente o seguinte título "O Último Texto Sobre Metodologia", (in Mc Closkey, 1983p. 483). A crítica de Mc Closkey ao método científico é radical: "A proteção contra a má ciência, são bons cientistas, não boa metodologia" (Mc Closkey in Dicionário Palgrave, pg.174).

É compreensível a radicalização de Mc Closkey na crítica ao método científico positivista, ao formalismo, em suma ao que ele chamou modernismo, ele precisava desta crítica radical (e fundamentalmente procedente), mas quase que exagerada até como um bom instrumento de retórica para destacar a importância, fundamental, sem dúvida, da retórica na Ciência Econômica. É preciso destacar, no entanto, que o modernismo não deixa de ser um instrumento de retórica.

Lembra-nos Pérsio Arida que "é a aderência às regras da retórica que confere caráter científico à Economia. Pois é a retórica que provê o substrato comum que permite a homogeneidade do discurso, de suas formas de argumentação e portanto, de evolução. O conceito relevante de evidência é muito mais amplo do que o de evidência empírica; a evidência de verdade é a conformidade do discurso às regras de boa retórica". (Arida, 84, pg 43). E, entre as sete regras apresentadas por Arida, está a da formalização: "O argumento que puder ser formalizado tem seu maior poder de convencimento do que aquele apresentado literariamente." (Arida, pg 51).

III - KUHN, MCCLOSKEY E ARIDA: A Perspectiva Comum da "Retórica", nas "Revoluções Científicas".

De propósito, deixamos para desenvolver este tópico após identificarmos a factibilidade da aplicação da perspectiva Kuhniana à Ciência Econômica, bem como, após termos apresentado a crítica de Mc Closkey ao método científico. Estamos agora mais embasados para fazermos duas afirmações: A primeira é a de que as contribuições de Mc Closkey e Arida foram possíveis a partir da ótica kuhniana. A segunda, é a

da fundamental importância do elemento retórica, tanto na constituição de paradigmas, como na ruptura dos mesmos. Nesse sentido, as análises de Kuhn, Mc Closkey e Arida podem ser enquadradas na mesma perspectiva de valorização da retórica (e de desvalorização do método).

Pergunta Kuhn: "Qual é o processo pelo qual um novo candidato a paradigma substitui seu antecessor? Qualquer nova interpretação da natureza, seja ela uma descoberta ou uma teoria, aparece inicialmente à frente um ou mais indivíduos. Como conseguem e o que devem fazer para converter todos os membros de sua profissão à sua maneira de ver a ciência e o mundo? O que leva um grupo a abandonar uma tradição de pesquisa normal por outra? Para perceber a presença dessas questões, lembremo-nos de que essas são únicas reconstruções que o historiador pode fornecer às investigações do filósofo a respeito dos testes de teorias científicas estabelecidas. Na ciência, a situação de teste não consiste nunca (grifo nosso, JMR) em simplesmente comparar um único paradigma com a natureza. Ao invés disso, o teste representa parte da competição entre dois paradigmas rivais, que lutam pela adesão da comunidade científica. Essa insistência em comparar teorias caracteriza, igualmente, a situação histórica na qual uma nova teoria é aceita. Muito provavelmente, ela indica uma das direções pelas quais deverão avançar as futuras discussões sobre o problema das verificações".
(Kuhn, "A Estrutura das Revoluções Científicas", 1978, pg. 183/185). J

Um dos avanços nas discussões sobre o problema das verificações deu-se com a retomada (Aristotélica) do elemento retórica, da forma como faz Mc Closkey e aqui no Brasil, Pérsio Arida (ainda que restritos

ao campo da Ciência Econômica). Retomemos, ainda, algumas passagens de Kuhn para identificar como ele já delineia, embora de forma preliminar, a importância da retórica no processo de construção e superação de paradigmas: "Ao menos para o historiador, tem pouco sentido sugerir que a verificação consiste em estabelecer o acordo do fato com a teoria. Todas as teorias historicamente significativas concordaram com os fatos; mas, somente de uma forma relativa. Não podemos dar uma resposta mais precisa que essa à questão que pergunta em que medida uma teoria individual se adequa aos fatos. Mas questões semelhantes podem ser feitas quando teorias são tomadas em conjunto ou mesmo aos pares. Faz muito sentido perguntar qual das duas teorias existentes, que estão em competição, adequa-se melhor aos fatos". (Kuhn, 1978 pg. 187).

Ainda Kuhn, "essa formulação, entretanto, faz com que a tarefa de escolher entre paradigmas pareça fácil e mais familiar do que realmente é ... Embora cada um deles possa ter a esperança de converter o adversário à sua maneira de ver a ciência e a seus problemas; nenhum dos dois pode ter a esperança de demonstrar sua posição. A competição entre paradigmas não é o tipo de batalha que possa ser resolvido por meio de provas". (Kuhn, pg 188). No entanto, como destaca Kuhn, "afirmar que a mudança de paradigma não pode ser justificada através de provas não é afirmar que não existem argumentos relevantes ou que os cientistas não podem ser persuadidos a mudar de idéia: "Precisamos perguntar como se produz a conversão e como se resiste a ela". (Kuhn, pg. 192).

Nesse sentido, é que estamos destacando a perspectiva de Kuhn ser igual à perspectiva da retórica de Mc Closkey e Arida como "motor" fundamental para a mudança de paradigmas. Indaga Kuhn: "Que espécie de resposta podemos esperar? Nossa questão é nova, precisamente porque se refere à técnicas de persuasão ou a argumentos e contra-argumentos em uma situação onde não pode haver provas, exigindo precisamente por isso, uma espécie de estudo que ainda não foi empreendido".. (e que Mc Closkey e Pêrsio Arida vão empreender para a Ciência Econômica (JMR). Teremos que nos contentar com um exame muito parcial e impressionista. Além disso, o que foi dito combina-se com o resultado desse exame para sugerir que a pergunta acerca da natureza do argumento científico quando envolve a persuasão (grifo nosso, JMR), e a não prova, não pode ter uma resposta única ou uniforme". (Kuhn, pg. 193).

Kuhn abre um caminho importante para trabalhos como o de Mc Closkey e Arida, ainda que não trabalhasse mais amplamente a questão da retórica na "resolução" de controvérsias. Seu trabalho traz em si outras preocupações; "Nossa preocupação não será com os argumentos que realmente convertem em um ou outro indivíduo, mas com o tipo de comunidade que cedo ou tarde se reforma como um único grupo." (Kuhn, pg.193). Arida observa que "nenhuma controvérsia importante na Teoria Econômica foi resolvida através do teste ou da medição empírica. Não importa aqui o rigor do teste; o recurso aos fatos nunca serviu para resolver controvérsias substantivas... Dito de outra forma, não existem regras comuns de validação aceitas por todos os participantes em controvérsias de relevo... Disto não decorre que o tes-

te ou exame empírico não tenha importância; pelo contrário, ambas as partes envolvidas em um debate esforçam-se por documentar ou invocar traços do real que sirvam para reforçar suas posições e ilidir argumentos adversários. O ponto é que os testes empíricos são sofisticados "ad infinitum", sem potencial efetivo de resolução de controvérsias". (Arida, 1984, pg 40 e 41).

Ainda Pêrsio Arida: "apesar da camisa-de-força do falsificacionismo, a história do pensamento econômico nos mostra que as controvérsias se resolvem não porque uma das teses foi falsificada, mas sim, porque a outra comandou maior poder de convencimento. Controvérsias se resolvem retoricamente; ganha quem tem maior poder de convencer; quem torna suas idéias mais plausíveis; quem é capaz de formar consenso em torno de si". (Arida, 1984, pg 42).

Entendamos melhor esse sentido do conceito de retórica. McCloskey o define de várias formas: a) a arte de explorar o que os homens acreditam que deveriam acreditar, ao invés de fornecer o que é verdade de acordo com modelos abstratos; b) a arte de descobrir boas razões encontrando o que realmente assegura consentimento, porque qualquer pessoa razoável deve ser persuadida; c) a ponderação de razões mais ou menos boas, tendo em vista chegar a conclusões mais ou menos plausíveis, nenhuma delas absolutamente seguras, mas melhor de que seria, caso chegássemos a elas por acaso ou impulso impensado; d) a arte de descobrir crenças justificáveis, melhorando-as através do discurso compartilhado; e) seu propósito não é induzir alguém a uma visão pré-concebida, mas sim, cativá-la para uma investigação mútua;

f) os cientistas visualizam na persuasão mútua uma forma de vida, numa posição de negociante de idéias (vivendo de conferência para conferência); g) a retórica é a exploração do pensamento através da conversação.

As opiniões de Kuhn, Mc Closkey e Arida podem ser agrupadas no mesmo "filão teórico" da sociologia do conhecimento e contrastadas com a ortodoxia, com o positivismo lógico, enfim, com o "modernismo". Adotam a mesma atitude em relação a história da ciência (Mc Closkey e Arida, mais especificamente, a História da Ciência Econômica). Se adotarmos a opinião convencional sobre a Economia positiva, então ela progride continuamente, à medida que teorias são submetidas a teste e corrigidas numa cadeia interminável de atividades de pesquisa. Se aceitarmos o ponto de vista de Kuhn, Mc Closkey e Arida tendemos a identificar "platôs" ao longo dos quais a Economia se desenvolve na medida em que elabora um paradigma, tendo-se a "ruptura" ocasional em períodos de mudança revolucionária de enfoque. Durante os platôs de articulação de paradigmas - isto é, em épocas de ciência normal - as teorias não são submetidas a testes.

Na verdade, os enigmas são propostos e, em seguida, solucionados, via retórica. A descrição convencional, como já vimos anteriormente, fornece-nos um critério para distinguir entre ciência e não ciência (isto é, tudo o mais). Em outras palavras, diz-nos o que a ciência deve ser, ou seja, a atividade de produzir previsões sensíveis a testes, e em seguida, testá-las. Daí, se uma afirmação não é verificável, não é científica. A crítica de Kuhn, Mc Closkey e Arida

rejeita isso, dizendo: a) que cientistas não submetem a testes da maneira imaginada as suas previsões; b) que não há razão porque devam fazê-lo; e c) a maneira pela qual resolvem suas controvérsias, é via "retórica". Convenientemente, a Economia é tida como "ciência" por ambas escolas de pensamento. Mas o argumento mais importante que podemos buscar em Kuhn, Mc Closkey e Arida é que os cientistas econômicos não passam seu tempo testando direta ou indiretamente as suposições sobre as quais se baseia a teoria. Não significa isto que nenhum trabalho empírico seja realizado; muito longe disso. Mas este, diz respeito, de modo geral, a questões de detalhes. E, mais importante, se a aplicação da teoria em alguma hora não produz os resultados esperados, o economista pode sempre encontrar razões "ad hoc" para explicar o caso, como por exemplo, supor que as condições "ceteris paribus" não se sustentam, isto é, que algum dado que supôs constante no período de investigação não tinha de fato tal característica.

Finalizemos com Mc Closkey: "A rethoric of economics questions the division between scientific and humanistic reasoning, not to attack quantification or to introduce irrationality into science, but to make the scientific conversation more aware of itself. It is a programme of greater, not less rigour and relevance, of higher, not lower standards in the conversations of mankind." (Mc Closkey, in Dicionário de Economia - Palgrave, pg 174).

Ideologia

Heilbroner registra que: "Donald Mc Closkey would, I believe, find much to write about if he turned his attention from the style of

economics to its substance" (1988, pg 43). Heilbroner critica Mc Closkey pela ausência do tratamento da ideologia pari-passu ao desenvolvimento feito a respeito da retórica em economia. Poderíamos argumentar que Mc Closkey estava interessado em destacar o elemento retórica, não o elemento ideologia. Ou ainda, que Mc Closkey, por estratégia de valorização da retórica, optou por não explicitar o elemento ideológico. Mais até, que estaria implícito na abordagem de Mc Closkey uma relação dialética entre retórica e ideologia, ou seja, a retórica na economia estaria ideologicamente condicionada, ou a ideologia na economia estaria retoricamente condicionada ...

Não era (e não é) nosso objetivo neste capítulo tecer maiores considerações sobre ideologia e ciência ou entre ideologia e economia. Mas, aproximando-se esta problemática, recorramos a Mannheim, em sua obra "Ideologia e Utopia" (1968). Um dos méritos do livro de Mannheim foi o de ter tirado consequências da descoberta do caráter "recorrente" da acusação de ideologia e o de ter assumido até o fim o contragolpe da ideologia à posição de todo aquele que empreende aplicar aos outros a crítica ideológica.

Mannheim reconhece ao marxismo o mérito de ter descoberto que a ideologia não é um erro local, explicável psicologicamente, mas uma estrutura de pensamento vinculada a um grupo, a uma classe social, a uma nação. Em seguida, porém, ele censura o marxismo por ter parado no meio do caminho e por não ter aplicado a si mesmo a manobra da desconfiança e da suspeita. Ora, segundo Mannheim, não compete mais ao marxismo parar a reação em cadeia por causa do fenômeno fundamental da

desintegração da unidade cultural e espiritual que lança todo discurso em guerra contra todo discurso. O que ocorre, porém, quando se passa, assim de suspeita restrita a suspeita generalizada? Mannheim responde: "Passamos de uma ciência combatente a uma ciência pacífica, o que constituía uma arma (do proletariado) converte-se num método de pesquisa visando à elucidação do condicionamento social de todo pensamento. Daí o registro de "pacificidade" que faz Heilbroner, pode ser relativizado: "Mc Closkey in "The Rhetoric of Economics, professes a certain satisfaction with the state of economics as it now exists, murky rhetoric aside". (Heilbroner, 1988, pg 42).

A história da análise econômica é, afinal de contas, simplesmente uma história de ideologias, retratando as várias e mutáveis tentativas de expressar num corpo de pensamento social, ou numa visão do mundo, os interesses econômicos, políticos e culturais dos diferentes grupos sociais engajados em lutas sociais práticas.

Tal concepção parece ser mantida implícita ou explicitamente por vários estudiosos dedicados ao exame da história da Economia ou da filosofia das Ciências Sociais, mas, um exame adequado dessa questão, exigiria, em primeiro lugar, a discussão do conceito de ideologia, em si mesmo, suscetível de interpretações diversas.

Na teoria de Marx, a ideologia refere-se aos símbolos e formas de pensamento necessariamente presentes nas sociedades divididas em classes, o que deforma e oculta as relações sociais reais e, dessa maneira, contribui para manter e reproduzir a ascendência da classe dominante. Não obstante, há também forças contrabalançadoras, mais par-

ticularmente nas modernas sociedades capitalistas e, uma delas, é a capacidade de resistência das classes dominadas, pelo menos até certo ponto, e através de um entendimento de sua própria experiência cotidiana, à influência da ideologia predominante; outra, é o progresso da ciência, inclusive a ciência social, que torna possível a revelação do verdadeiro estado de coisas, que a ideologia disfarça. O contraste entre ideologia e uma razão ou entendimento humano universal, especialmente o contraste entre a ideologia e a ciência (como a forma mais desenvolvida da razão) é um elemento essencial da teoria de Marx.

Isso se demonstra melhor em sua análise da produção de mercadorias que tem como objetivo mostrar, pela investigação científica, as verdadeiras relações sociais na sociedade capitalista, que estão por trás das aparências expressas na ideologia. Desse ponto de vista, uma descrição da Economia - apenas como ideologia, não tem sentido.

Todas as ciências e todas as outras manifestações da vida intelectual e cultural podem ser influenciadas pela ideologia, mas, não obstante, há um crescimento relativamente autônomo e autêntico do conhecimento científico. Acima de tudo, é o desenvolvimento da ciência social que nos permite distinguir o que é ideológico e criticá-lo.

Karl Mannheim, sugere que as Ciências Sociais são inevitavelmente ideológicas. O que produzem não são teorias científicas que possam ser testadas e avaliadas racionalmente, embora encerrem elementos como dados empíricos e sistematização racional, mas doutrinas, que formulam os interesses e aspirações de vários grupos sociais, entre os quais nações, grupos étnicos e grupos culturais, bem como classes sociais.

IV - A RETÓRICA DA TEORIA DA INFLAÇÃO INERCIAL

Com estas considerações feitas sobre a importância do elemento retórico na ciência econômica, fica mais fácil a compreensão de alguns fatos curiosos, tais como o "enigma" apontado por Bacha: "Antecipo a possibilidade de no futuro os historiadores registrarem no mínimo como enigmático o fato de o inercialismo ter ganho proeminência acadêmica e arrastre político justamente quando os pressupostos em que se baseava estavam sendo minados pela realidade, como passo a arguir. O grande trunfo empírico do inercialismo sempre foram os patamares inflacionários traçados pelo Índice Geral de Preços no período 1968/85, todos estes aparentemente explicáveis pela interação entre os choques externos ou agrícolas e as mudanças nos regimes de indexação no país. Entretanto é dúbia a evidência a favor de tais patamares a partir de 1981: pelo menos os índices de preços ao consumidor mostram uma aceleração contínua da taxa de inflação desde então até as vésperas do Plano Cruzado". (1989,pg.154)... "Se estas conjecturas estiverem corretas, segue-se que o inercialismo terá tido seu momento de glória, justamente quando a inflação brasileira já deixara de ser inercial, para assumir características aceleracionistas" (idem, pg.155).

Ou a "ironia" destacada por Nakano: "Ironicamente, enquanto a inflação se acelerava por patamares e a inércia inflacionária era um fator preponderante a política anti-inflacionária adotada foi a ortodoxa, com tentativa de controle de inflação pela contenção da demanda e aumento do desemprego. Sem atuar diretamente nos fatores geradores da inércia, resultou em sucessivos fracassos e na elevação da taxa de inflação até o segundo semestre de 1985. A partir do momento em que a inércia in

flacionária se somava um novo componente endógeno de aceleração, tivemos o Plano Cruzado que atuava direta e exclusivamente sobre os fatores inerciais e que por isso resultou num fracasso" (1989,pgs.42 e 42).

Ou ainda a "sutileza" registrada por Simonsen: "Por que o Plano Cruzado conquistou tantos adeptos, entre heterodoxos e ortodoxos, é uma questão mais sutil..." (1989,pg.24).

É bem verdade que subjacente ao diagnóstico do processo inflacionário ser inercial e ao receituário aplicado para combatê-lo - o choque heterodoxo -, teve importância fundamental um elemento, que na falta de melhor palavra, chamaremos credibilidade, que se corporificou a partir de um contexto político específico: o do processo de redemocratização. Muitos economistas que viabilizaram política e administrativamente o programa de estabilização inspirado na nova teoria (o Plano Cruzado), estiveram identificados com a oposição legal ao regime militar, como registrou Velasco e Cruz: "Críticos do modelo e empenhados em defender alternativas para as políticas socialmente regressivas que o caracterizavam" (1988,pg.261), o discurso destes economistas municiou o antigo MDB e posteriormente o PMDB. "A convergência estava ditada pelas condições objetivas e a formalização dos laços que vai se dar posteriormente, vem apenas sancioná-la" (idem, pg. 261).

Como registrou este autor, houve uma progressiva afirmação dos economistas "no campo" e na sociedade em geral. Fatores de ordens diversas favoreceram esse movimento. Entre estes, talvez a emergência de desequilíbrios inegáveis na economia seja o mais óbvio - sua continuidade abalava a crença tecnocrática na existência de soluções tecnicamente corretas para todos os problemas e franqueava espaços para que a pretensão dos economistas oficiais de deter o monopólio da competência fosse con-

testada".(op.cit,pgs 261,262). Mas o exposto não invalida a necessidade de se dar resposta à seguinte pergunta: Que elementos foram decisivos para que afinal a corrente inercialista fosse a vitoriosa entre o grupo de economistas que ascenderam ao poder após a gestão Dornelles, considerando-se a existência de divergências teóricas entre as duas principais correntes que o compunham (UNICAMP e PUC/RJ)?

Bier, Paulani e Messenberg, formulam a mesma questão e dão como resposta que, para os economistas da Unicamp o choque heterodoxo "ao reduzir a incerteza, alargaria de imediato o horizonte do cálculo empresarial, retirando da dimensão especulativa da valorização a dominância que ela ainda detinha... "Para os professores da Unicamp, com a 'freada de arrumação' que seria o choque heterodoxo, matar-se-iam, de uma só cajadada, dois coelhos: a) ter-se-ia espaço para realizar as reformas necessárias à sinalização da estabilidade nos juros; e b) conseguir-se-ia 'mostrar' aos empresários que já era tempo de um retorno a regras de formação de preços assentados em 'mark-ups' estáveis..."Em todo caso, como não havia, por parte dos professores da Unicamp, nenhum comprometimento teórico com programas desse tipo (aliás muito ao contrário), havia, por isso mesmo, para os referidos professores, a liberdade de suporem, a nível de resultados, o que melhor lhes convinha. E foi assim, ao que nos parece, que eles resolveram entrar (para capitanear) num barco que nunca foi o deles".(1987,pg.108)

Sem prejuízo da avaliação feita acima, é nossa hipótese que prevaleceram as teses inercialistas na concepção da política econômica de então, também pelo fato de disporem elas uma retórica mais forte, comandando assim um poder de persuassão maior.

Vimos com Pêrsio Arida que controvérsias se resolvem retóricamente.

Para Arida, ganha quem tem maior poder de convencimento, tornando suas idéias mais plausíveis e formando consenso, ainda que relativo, em torno de si. O reconhecimento de que as controvérsias se resolvem retóricamente é dificultado pela desconfiança do senso comum face à retórica. Mas segundo Arida "nada é mais equivocador do que a noção de que a ciência social consiste em preceitos que visem minimizar o papel da habilidade retórica" (op.cit, pg.25).

Para Arida a história do pensamento econômico, enquanto disciplina intelectual, contribui para a ciência atual não pela massa substantiva de conhecimento gerado sobre o modo de funcionamento das economias existentes, mas sim pelo estudo do passado (no nosso caso aqui, passado recente) como um caso aplicado de retórica na ciência.

"A resistência ao reconhecimento de que as controvérsias resolvem-se retoricamente, e que portanto o avanço da teoria econômica depende da habilidade no uso das regras de retórica e da persuasão, é facilmente inteligível. Se as controvérsias não se resolvem empiricamente, se não se pode afirmar que seguem nem os cânones da superação positiva nem os da superação negativa, não deveríamos abandonar de vez o operador verdade na qualificação das sentenças do saber econômico? E se abandonarmos o operador verdade, como assegurar a cientificidade do saber econômico?" (Arida, 1984, pg.42).

Estas dúvidas Arida responde da seguinte forma: "O exercício da retórica tem limites estreitos; convence quem se conforma às regras da retórica. As regras são fixadas e consensualmente aceitas previamente ao discurso individual do interessado em persuadir os outros em favor de u-

ma tese determinada... O conceito relevante de evidência é muito mais amplo do que o de evidência empírica; a evidência de verdade é a conformidade do discurso às regras de boa retórica. Estas sim são aceitas consensualmente; é a aderência às regras da retórica que confere caráter científico à economia".(Arida,op.cit.,p.43)

Quais seriam, então, as regras da boa retórica? Reproduziremos algumas delas, tal qual (ipsis litteris) Arida apresentou em seu texto, exemplificando a seguir de cada uma delas, como a teoria da inflação inercial as utilizou:

Regra da Simplicidade. Esta regra que privilegia a elegância formal estabeleceu-se em parte diante das exigências do espírito e em parte derivada das ciências naturais. Georgescu Roegen observou com propriedade que os fenômenos puros são analiticamente formuláveis com simplicidade. Obviamente, a busca pela simplicidade não significa dissolver indevidamente a complexidade do objeto; respeitada a complexidade, explicações simples têm sempre maior plausibilidade do que explicações complicadas.

Com relação a teoria das expectativas racionais por exemplo, foi Samuelson quem resumiu com simplicidade esta visão do processo inflacionário: "Devo referir que há uma nova escola, os chamados adeptos das 'expectativas racionais'. Eles são otimistas quanto à inflação poder ser erradicada com pouco sofrimento se apenas o governo tornar crível sua determinação de fazê-lo". Para Sargent "a segunda frase desta citação é um resumo simples e sagaz da visão das expectativas racionais, o melhor que se pode fazer numa única frase (citado por Sargent, in Rego (org.) 1986,p.236). Os teóricos procuram, com efeito, resumir com simplicidade, e certas frases tem essa capacidade, toda uma teoria. Refe-

rente a teoria da inflação inercial há uma frase lapidar, como expressão simples e condensada da tese inercialista "os preços sobem hoje porque subiram ontem".

Regra da Redução de Metáforas. Todo argumento retórico é irremediavelmente metafórico; a metáfora é um instrumento do pensamento e não um recurso de exposição; disto sabem todos os teóricos da retórica, de Aristóteles a Peralman. Mas como os economistas praticam a retórica sem o saber e, o que é pior, dela desconfiando, o argumento que se apresenta vis-à-vis o candidato alternativo como menos carregado de metáforas (aduziríamos, de preferência de uma só e forte), tem maior poder de plausibilidade. A metáfora atinge seu máximo de eficiência retórica no início do debate ou na apresentação de certas proposições originais.

"O pressuposto dos inercialistas é o de que a inércia inflacionária persiste, por causa das dificuldades de coordenação dos movimentos de preços e salários indexados, num sistema descentralizado de decisão de preços. A metáfora de James Tobin (o famoso professor de Yale), de uma platéia assistindo em pé o jogo de futebol, quando todos poderiam estar melhor, vendo o jogo sentados, desde que houvesse um movimento coordenado nesse sentido, ilustra perfeitamente bem esta hipótese inercialista". (Bacha, 1989, pg.149)

Bacha, que foi um dos teóricos da inflação inercial e que foi aluno de Tobin (ganhador do Premio Nobel em Economia) em Yale, escreveu um artigo com o sugestivo título de "Infla-flução: Os preços em alta no país do futebol", inspirado na metáfora de seu mestre: "Trata-se de um Fla-Flu de meio de campeonato, 100 mil pessoas no Maracanã, um lance perigoso ocorre na área do Fluminense. A galera fica agitada, o pessoal da geral es

tica o pescoço, quem está na arquibancada se levanta, o movimento se espalha para as cadeiras cativas. No fim está todo mundo vendo o jogo em pé. É desconfortável, mas quem sentar-se sozinho não verá mais nada. Como não se consegue um acordo para que todos se sentem ao mesmo tempo, ficam todos de pé na base da inércia, embora ninguém se lembre mais do lance inicial que originou isso e nem do fato de que o jogo tenha se tornado monótono. Assim é a inflação brasileira. Ninguém se lembra mais como começou, está todo mundo chateado porque os preços e salários dos outros sobem todo o mês, mas cada um trata de garantir seu próprio aumento, para se igualar com os demais. O resultado é que tudo sobe junto e ficam todos na mesma situação de antes: os brasileiros desconfortavelmente levando em frente suas vidas de trabalho, na ponta dos pés, para não deixarem seus salários perder a corrida com os preços".

Regra da Reinvenção da Tradição. Trata-se de uma estratégia de retórica que consiste em recortar o passado de forma a reivindicar para si uma tradição de pensamento. Keynes inventou os clássicos e se imaginou continuando a tradição anti-Ricardiana de Malthus; estratégia eficiente, como se viu, mas novamente ardilosa -- basta lembrar que o arqui-clássico Pigou defendeu em 1931 as mesmas políticas anti-depressivas que a "Teoria Geral". Marx inventou a economia vulgar e se imaginou retomando o fio da economia política clássica; Lucas reinventou a tradição austríaca do estudo do ciclo como o fenômeno de equilíbrio e denunciou Keynes como um desvio etc.. Observe-se que a reinvenção do passado de forma a criar uma tradição não é expediente retórico próprio à economia; os surrealistas redescobriram Bosh, Picasso a arte africana primitiva e o ABC da literatura de Pound é o ABC da reinvenção da tradição pré-poundiana, para ficar com exemplos notórios. Os pós-Keynesianos reinventaram sua tradição enfati-

zando o mundo da incerteza e da moeda existente na "General Theory" em contraste com o mundo mecânico do multiplicador da interpretação Hicks-Samuelson; e é claro que ambos existem, que a Teoria Geral comporta ambas interpretações, que trata-se - e não há nenhum mal nisso - de uma estratégia retórica dos pós-keynesianos. Davidson defende Keynes de seus próprios seguidores (como Hansen), desculpando-o do dogmatismo da teoria do multiplicador disfarçado na IS/LM tal como Kant defendia Leibniz de seus próprios seguidores desculpando-o do pecado de dogmatismo.

Como faz Bresser Pereira ao reinventar tradição estruturalista à teoria da inflação inercial: "A teoria da inflação inercial, que serviu de base para o Plano Cruzado, faz parte da teoria mais ampla da inflação estrutural. Na verdade, pode ser considerado o terceiro momento paradigmático do desenvolvimento dessa teoria. O primeiro momento, marcado pelos trabalhos dos economistas da CEPAL, particularmente Oswaldo Sunkel, Celso Furtado, Anibal Pinto e Júlio Olivera, introduz dois conceitos básicos: 1) os pontos de estrangulamentos na oferta, provocando a elevação setorial dos preços; e 2) os efeitos propagadores da inflação, generalizando o efeito inicial dos preços para o resto da economia. O segundo momento paradigmático da teoria da inflação inercial ocorre com a publicação do livro de Ignácio Rangel, 'A Inflação Brasileira'. O caráter endógeno da oferta de moeda, a inflação como mecanismo de defesa da própria economia diante da crônica insuficiência de demanda, e o conceito de inflação administrada ou oligopolística são as principais idéias desenvolvidas por Rangel. O terceiro momento paradigmático da teoria da inflação estrutural ocorre no início dos anos 80, no Brasil. Temos então alguns trabalhos tratando especialmente das fórmulas de indexação de salários, onde se pode antever a teoria da inflação inercial: André Lara-Resende,

André Lara-Resende e Francisco Lopes, Francisco Lopes e Edmar Bacha e Pêrsio Arida. A idéia da inflação autônoma ou inercial ganha corpo com os trabalhos de L.C. Bresser Pereira, Adroaldo Moura da Silva e Edmar Bacha, nos quais já começa a se definir a idéia de que a inflação presente é a mera reprodução da inflação passada: é o resultado da indexação formal e informal da economia e, mais amplamente, do conflito distributivo.... A teoria da inflação inercial, entretanto, só alcançara pleno desenvolvimento com os trabalhos de Adroaldo Moura da Silva, Bresser Pereira, Nakano, Francisco Lopes, Pêrsio Arida e Lara-Resende".

Regra da Abranqência. Aparentemente, é uma regra crucial: o argumento que não for capaz de explicar toda a evidência empírica disponível perde plausibilidade. Um pouco de reflexão mostra que esta regra funciona muito mais no sentido de condicionar a dinâmica interna dos programas de pesquisa do que no sentido de decidir entre programas alternativos de pesquisa. Pois, de um lado, o próprio conceito de explicação varia de acordo com o programa de pesquisa em questão. E não é só isso: a própria evidência empírica, resultado de um corte do real determinado, é em si mesma fruto da aplicação do programa de pesquisa. Por outro lado, todo programa de pesquisa é capaz de explicar qualquer evidência, desde que burilado com suficiente cuidado e dedicação. Não há evidência empírica que desqualifique um programa de pesquisa.

Francisco Lopes em "Inflação inercial, hiperinflação e desinflação" (Rev. de Econ.Pol., vol.5 nº2) registra: "O ensaio é uma colagem de conclusões e conjecturas que resultaram de meu esforço de pesquisa nos últimos anos sobre a mecânica do processo inflacionário. A peça chave de meu pensamento nesta questão é a noção de inflação inercial, que tentarei elucidar inicialmente contrastando-a com o modo convencional de entender a in

flação como processo amplamente dominado pelas expectativas. Em seguida examinarei como esta noção de inflação inercial pode ser compatibilizada com as experiências históricas de hiperinflação.....(op.cit.,pg.135).

... "Esses processos inflacionários no auge de sua fúria parecem dissipar-se miraculosamente: a hiperinflação alemã desaparece em dezembro de 1923, a austríaca em outubro de 1922. Em ambos os casos (repetindo um padrão comum aos demais episódios históricos de hiperinflação) tanto o nível geral de preços como a taxa de câmbio tornam-se estáveis ou levemente declinantes a partir de certo momento, a despeito da enorme velocidade da alta de preços nas semanas ou dias imediatamente anteriores à estabilização... Este término abrupto, que tipicamente caracteriza todos os episódios de hiperinflação que se tem notícia, foi considerado por Sargent (1983) como forte evidência a favor do modelo expectacional da inflação...De fato, as evidências apresentadas por Sargent são pouco convincentes...(op.cit.,pg.142).

Como não pressupõe a existência de mecanismos formais de indexação, o modelo da inflação inercial deve em princípio aplicar-se a qualquer caso de inflação crônica, inclusive a uma hiperinflação. Neste sentido as experiências históricas de hiperinflação oferecem um excelente campo de teste para nossa hipótese... (idem,pg.139).

Pérsio Arida registra que "todo programa de pesquisa é capaz de explicar qualquer evidência, desde que burilado com suficiente cuidado e dedicação"(op.cit.,pg.46). É o que fará posteriormente Bresser Pereira, um dos principais teóricos da inflação inercial: "Quando a teoria da inflação inercial foi desenvolvida, na primeira metade dos anos 80 demos naturalmente ênfase ao seu caráter estável, que realmente é dominante nesse tipo de inflação. Mas, na verdade, o que caracteriza a inflação inercial é uma tendência moderadamente ascendente... Para explicar essa tendência

à aceleração da inflação inercial era necessário uma teoria, que demonstrasse o caráter endógeno dessa tendência crescente da inflação e ao mesmo tempo permanecesse fiel ao pressuposto básico da teoria, ou seja, ao fato de que a inflação inercial se baseia na inflação passada. Quando a teoria da inflação inercial foi originalmente desenvolvida, a aceleração da mesma ficou por conta de fatores aceleradores exógenos, por conta de choques de demanda e principalmente choques de oferta... Tornava-se agora necessário explicar a aceleração da inflação inercial endogenamente, de forma independente de choques exógenos... A explicação que encontramos para a aceleração endógena da inflação inercial está rigorosamente fiel aos pressupostos da teoria correspondente. Ao contrário do que aparentemente acontece, o fato de a inflação inercial basear-se na inflação passada não significa que a inflação de hoje repita a de ontem. A razão pela qual a inflação pode ser crescente embora os agentes econômicos orientem o reajustamento de seus preços pela inflação passada torna-se óbvia uma vez identificada... procuramos demonstrar que os agentes econômicos tendem a mudar o seu conceito de inflação passada, o seu indexador portanto, à medida em que a inflação se eleva. Quanto maior for a inflação mais atentos ficam os agentes econômicos com ela, mais preocupados em não perder em consequência da inflação. E esta preocupação reflete-se na tendência a sucessivas mudanças de indexador. Quando a inflação é ainda relativamente baixa os agentes econômicos podem se contentar em definir a inflação passada em termos do aumento dos seus custos. Em um segundo momento passam a indexar seus preços pela taxa de inflação do mês anterior desde que seus custos tenham aumentado menos do que a média representada por essa taxa. E em um terceiro momento passam a aumentar seus preços com base no aumento acima da média que algum setor econômico relevante tenha logrado. Ora, em cada mudança de indexador a inflação tende, por defini-

ção, a endogenamente acelerar-se". (Bresser Pereira, 1989, pgs. XI, XII, XIII)

Esta (longa) citação tem o intuito de corroborar a regra da abrangência, aqui em consideração. Não vale "é claro" (porque a posteriori ao primeiro choque heterodoxo) como elemento contribuinte para o prevalecimento das teses inercialistas na concepção da política econômica nos momentos que antecederam o Plano Cruzado.

Regra da Formalização. O argumento que puder ser formalizado tem maior poder de convencimento do que aquele apresentado literariamente. Esta regra supõe, é claro, que o público seja capaz de entender a formalização.

"A teoria expectacional da tendência inflacionária, enfatiza o papel das antecipações sobre a evolução futura das políticas macroeconômicas. Nossa teoria alternativa enfatiza a natureza inercial da tendência inflacionária: na ausência de choques inflacionários a inflação corrente é determinada pela inflação passada, independentemente do estado das expectativas. Esta hipótese inercial sobre a tendência inflacionária nos foi sugerida pelo estudo da experiência brasileira com política salarial. A idéia básica é que num ambiente cronicamente inflacionário, os agentes econômicos desenvolvem um comportamento fortemente defensivo na formação de preços, o qual em condições normais consiste na tentativa de recompor o pico anterior de renda real no momento de cada reajuste periódico de preços. Quando todos os agentes adotam esta estratégia de recomposição periódica dos picos, a taxa de inflação existente no sistema tende a se perpetuar: a tendência inflacionária torna-se igual à inflação passada.

Este fenômeno pode ser mais bem elucidado com o auxílio da Figura 1, que representa a trajetória ao longo do tempo do salário real de um trabalhador, cujo salário nominal é reajustado com periodicidade fixa de modo a recompor o pico de salário real v^* . As datas de reajuste ocorrem

A cada intervalo de ϕ unidades de tempo (dias, por exemplo) e dentro de cada período entre reajustes o salário nominal permanece fixo. A intensidade de queda do salário real durante o período reflete a erosão do poder de compra do salário pela inflação; quanto mais alta a taxa de inflação, maior será a perda de salário real acumulada até o fim do período. O salário real médio $\bar{v}(t)$ para o período (t) depende desses três elementos: do pico de salário real v^* , do intervalo entre reajustes ϕ e da taxa de inflação no período \hat{q}_t . Simbolicamente podemos escrever:

$$\bar{v}(t) = v(\hat{q}_t, \phi, v^*) \quad (1)$$

notando que $\bar{v}(t)$ diminui quando \hat{q}_t ou ϕ aumentam e aumenta quando v^* aumenta. Naturalmente esta equação nos diz apenas como o salário real médio deste trabalhador específico é afetado pela taxa de inflação. Mas se pensarmos algo impressionisticamente, na totalidade dos agentes econômicos, supondo que o padrão de comportamento da renda real de cada agente seja similar ao comportamento do salário real de nosso trabalhador, podemos pensar numa equação semelhante à equação (1) para determinar a taxa de inflação como função dos picos de renda real desejados pelos diversos agentes, das periodicidades de reajuste de renda real para cada um deles e da estrutura de preços relativos médios existente na economia. Pode-se concluir

desta forma que, se todos os agentes adotam (ou se submetem a) regras estáveis de recomposição periódica de picos invariantes de renda real e os preços relativos médios não se alteram, a taxa de inflação permanece constante no tempo, como é sugerido pela Figura 1. Em outras palavras, a tendência inflacionária (que é a taxa de inflação que vigora com preços relativos constantes) tende a reproduzir a taxa de inflação passada quando os agentes têm um padrão de comportamento defensivo dos seus picos de renda real. Esta é a essência da hipótese de inflação inercial. (Lopes, 1986 pgs. 124 a 126).

V - CONCLUSÕES

Como ressaltou Arida este inventário de regras é preliminar. No entanto o conhecimento da história do pensamento econômico parece as validar, pois parece indofismável a existência de um núcleo de regras consensualmente aceitas, em que pesem às divergências entre os vários programas de pesquisa. Arida chama a atenção para a existência óbvia de outras regras de retórica, mas assim como no seu ensaio suas formulações e descobertas escapam aos limites deste trabalho. Concluiremos também com Pêrsio Arida, na obra já referida (págs. 56 e 57) : "... O exame retrospectivo das regras de retórica utilizadas nas controvérsias do passado e de seu efeito no sentido de angariar consenso em torno de uma tese ou programa determinado coaduna-se perfeitamente com a história das idéias enquanto história intelectual.... A visão da história do pensamento econômico como um locus aplicado de procedimentos retóricos tem a vantagem peculiar de contribuir para a auto reflexão da disciplina... As regras de retórica fornecem apenas a superfície do núcleo retórico que define a economia como uma modalidade do saber. A explicitação dos procedimentos retóricos envolvidos pode, idealmente, nortear o debate por quesitos retóricos explícitos que propiciariam uma seleção relativamente segura de teses opostas".

IV

POLÍTICA ECONÔMICA DEMOCRÁTICA: A QUESTÃO DO
SEGREDO NOS CHOQUES HETERODOXOS E A IDÉIA DO
"CONGELAMENTO ANUNCIÁVEL".

"Um problema que ainda não está resolvido
é o do segredo no caso de choques heterodoxos".

Luiz Carlos Bresser Pereira in
"OS LIMITES DA POLÍTICA ECONÔMICA", 1988.

Público é aquilo que é aberto ao conhecimento de todos, por contraposição ao privado, que é restrito a poucas pessoas e que, no limite, se configura como secreto.

Nesta acepção, o público tem muito a ver com a democracia, entendida, como observa Bobbio, desde a experiência grega, como sendo o governo do poder público, exercido em público. Com efeito, numa democracia a visibilidade e a publicidade do poder são ingredientes básicos, posto que permitem um importante mecanismo de controle da conduta dos governantes. É por esta razão que, no mundo moderno, a representação política democrática só pode ter lugar na esfera do público e um Parlamento só é representativo, se existe a crença de que a sua atividade específica reside na publicidade.

Neste sentido, numa democracia a publicidade é a regra básica do poder e o segredo é a exceção, o que significa que é extremamente limitado o espaço dos segredos do Estado. O fundamento democrático para o cerceamento dos segredos de Estado reside no fato de que eles servem para o exercício da dominação que, como explicam os teóricos da razão de Estado, confere ao soberano o direito de se colocar acima dos cidadãos, definindo a partir de critérios que lhe são próprios e não revelados o que é "bonum publicum".

É só através da publicidade da esfera pública que a política - entendida enquanto o campo de comunicação e de interação que assegura o poder do agir conjunto - pode ter continuidade no tempo. É por essa razão que a democracia, por obra do legado kantiano, tem como uma de suas notas constitutivas o princípio da publicidade e o da transparência na esfera do público (ver a propósito João Almimo, 1982).

O segredo, como observa Bobbio (1984), é uma das notas típicas de regimes autocráticos. As autocracias exacerbam a propensão dos governantes a se preocuparem com a manutenção do seu poder, levando-os a se defender dos inimigos, reais ou imaginários, através da mentira seja simulando, isto é, fazendo aparecer aquilo que não é, seja dissimulando, isto é, não fazendo aparecer aquilo que é, comportando-se aí dois fenômenos diversos, porém relacionados: o do poder oculto, que se esconde nos segredos de Estado e o do poder que oculta valendo-se da mentira (Bobbio, op.cit. pgs. 84-92).

A mentira tem sido encarada por muitos como justificável nos negócios políticos e possível porque as verdades factuais nunca são verdades evidentes. Como nos lembrava João Ubaldo Ribeiro na epígrafe desta dissertação, "o segredo da verdade é o seguinte: não existem fatos só existem histórias" (1984, pg. 7).

Por isso, são vulneráveis e necessitam de testemunho e de testemunhas confiáveis, para serem estabelecidas. Entretanto, porque as verdades factuais sempre comportam dúvidas, a mentira é uma tentação que não conflita necessariamente com a razão, porque as coisas poderiam ser como o mentiroso as conta. Assim como a mentira, que no autoritarismo depende de uma noção clara de verdade, (que o mentiroso deseja esconder) a eficácia do segredo, depende de uma noção clara de publicidade e transparência. Ocorre porém que o direito à informação exata e honesta é um ingrediente do juízo, indispensável para a preservação da esfera pública enquanto algo comum e visível. Não é atoa que a publicidade é um dos conceitos básicos do pensamento político de Kant. Este conceito indica a convicção kantiana de que o mal é, por definição secreto.

Para Kant, o moral é o apto a ser visto, e é por essa razão que para ele, a moralidade se traduz na coincidência entre o público e o privado, caracterizando-se o mal pelo encolhimento do espaço público. No que concerne ao acôrdo entre a Política e a Moral, segundo a noção de Direito Público: "Todas as ações relativas ao direito de outros, cuja máxima é incompatível com a publicidade são injustas. Todas as máximas que têm necessidade de publicidade para não faltar ao seu fim estão de acordo com a moral e apolítica reunidas" (Kant, 1970,93).

O princípio transcendental da publicidade de Kant é uma categoria típica da ilustração e integra uma das facetas da polêmica iluminista contra o Estado absolutista. A própria metáfora das luzes, como observa Bobbio, realça o contraste entre as virtudes do poder visível e o obscurantismo do poder invisível, o que em Kant está vinculado ao uso público da própria razão, que exige a publicidade como condição da liberdade de opinião e de expressão, o direito à informação. (Bobbio, op.cit.cap.2,nota 72).

No campo da política, a linguagem precisa ser pública. A linguagem pública é memória do passado e fonte que possibilita o presente e o futuro. Por isso cabe à esfera do público determinar o que é comum e comunicável através da publicidade e da visibilidade. Quando a esfera do público perde transparência e se vê permeada pelo segredo, frustra-se a possibilidade da ação. Daí a importância não apenas teórica mas prática do princípio da publicidade, como nos lembra Bobbio (op.cit, ps.98/9) discutindo, a partir de outras perspectivas, mas de maneira convergente o tema da democracia e do poder.

A democracia no mundo contemporâneo, apesar de toda a importância atribuída pelo legado kantiano à publicidade, não conseguiu, como registra Bobbio, a "debellatio" do poder invisível, não conseguiu a firme rejeição do segredo. Daí a preocupação neste tópico de, a partir da questão do "segredo" como colocado por Kant e Bobbio, discutir o caráter democrático (ou não) de uma política de estabilização para o estágio do processo inflacionário em que a inflação possui uma aceleração endógena. Haveria uma política "democrática" capaz de estabilizar a economia de forma a evitar-se adentrarmos num processo hiperinflacionário?

Weyffort, em seu ensaio "Por que Democracia", de 1984, registrou:

Touraine, definiu o sentido histórico do desenvolvimento do Brasil dos anos 30 aos anos 60, com uma expressão característica; "democratização por via autoritária". O que sugere que a nossa tradição política foi capaz do milagre de distinguir uma eficácia democrática no autoritarismo daquela época. O único milagre de que a tradição não tem sido capaz, até aqui é o de discernir na democracia o seu próprio sentido" (pg. 33).

Para Weyffort "esta mistura complexa de ambiguidade e de cinismo nos legou um conceito de democracia, segundo o qual esta é apenas um instrumento de poder. Um instrumento de poder entre outros, apenas um meio, uma espécie de ferramenta para se atingir o poder. Essa idéia está de tal forma enraizada em nossos hábitos políticos que ficamos, com frequência, embaraçados diante da simples possibilidade de virmos a pensar a democracia como um fim em si" (idem, pg.34).

Esta preocupação de pensar a democracia (como um fim em si), não pode ser relativizada como uma preocupação que extrapole o âmbito da

ciência econômica. Deve ser, para o economista, uma preocupação preliminar. Como bem registrou Bresser Pereira: "Diante dos limites econômicos e políticos à implementação de uma política econômica adequada, racional, muitos acreditam que o recurso ao autoritarismo pode ser uma solução. Não vou fazer aqui uma comparação da eficiência econômica dos regimes autoritários e democráticos. Além de inconclusiva, essa comparação seria gratuita, já que a liberdade política, a democracia, é um objetivo que não pode ser sacrificado em favor de qualquer meta econômica". (1988, pg. 18).

A preocupação com a questão democrática está presente também nas reflexões de outro ex-"policy maker". "Acho que a questão mais importante, o ensinamento nesse momento para os brasileiros, vem a ser que eles coloquem como objetivo principal a democracia. Eu tenho muito medo de que todos os brasileiros, inclusive os trabalhadores, coloquem objetivos econômicos à frente dos objetivos democráticos. Mesmo que for para não crescer. O objetivo tem que ser a democracia e não o crescimento. Nós como economistas e como porta-vozes de opinião pública, temos que batalhar para virar o problema de cabeça para baixo. Não é perguntar se a democracia consegue resolver o problema da inflação, mas é perguntar se a inflação atrapalha a democracia. Porque o objetivo não é acabar com a inflação, é manter a democracia. Isto é que é difícil no Brasil. Nós não temos essa tradição". (Syad, 1988, pg.315).

Conforme registrou Belluzzo; "As relações entre economia e democracia não tem sido muito amistosas. A cordialidade entre ambas não

tem ultrapassado a desconfiança e, não raro, se transforma na hostilidade aberta que marca a relação entre economistas e políticos. Os economistas costumam ostentar a pose de guardiões da racionalidade e os políticos queixam-se frequentemente da insensibilidade do discurso econômico ou de seu caráter abstrato, incompreensível para a dona de casa ou para o homem comum, enfim para os eleitores que julgam periodicamente o desempenho dos governos ou avalizam as críticas dos opositores." Ainda Belluzzo, "Robert Skidelsky, historiador, o mais recente biógrafo de Keynes, ironiza o temor de Hayek de que a saúde da democracia pudesse ser afetada pela força excessiva do Estado. Muito ao contrário, diz Skidelsky, o Estado foi muito fraco para impedir a invasão, tornando-se dependente e ficando a mercê das 'forças externas' que acabam anulando ou reduzindo a capacidade de gestão econômica. 'Keynes superestimou a possibilidade de uma gestão econômica racional pelos governos democráticos', conclui Skidelsky. Ele não pretende empreender uma volta aos padrões vitorianos de moralidade e de gestão da coisa pública e sugere vagamente que o esgotamento do padrão de intervenção estatal seja substituído por algo mais avançado do que o modelo keynesiano. Ainda assim, como resgatando retoricamente sua face progressista, o autor deixa sublinhado o conflito entre racionalidade econômica e práticas democráticas." (Belluzzo, 1988, pg.6).

É um fato que as políticas heterodoxas de estabilização recentes, não só não foram um sucesso, como não foram fundamentalmente democráticas. E não precisamos recorrer a cientistas sociais ou a economistas críticos das abordagens teóricas que subsidiaram estas políticas, para corrigir

borar esta nossa afirmação. Este entendimento está presente, hoje, entre os próprios teóricos da teoria da inflação inercial, formuladores dos planos de estabilização heterodoxos: "Da minha participação nos planos heterodoxos de estabilização ficaram duas lições. A primeira, é que a sociedade pode correr sérios riscos, quando um plano econômico de grande envergadura é desenhado em sigilo e aplicado através de um decreto-lei. Por melhor que seja a equipe econômica encarregada de sua elaboração, existe sempre a possibilidade de erros graves de concepção que poderiam ser eliminados com a discussão ampla na sociedade. A segunda lição é que a necessidade de pré-requisitos e condições iniciais adequadas dá grande fragilidade aos programas de estabilização heterodoxos." (Lopes, 1989, pg.81).

Bresser Pereira, que é otimista em relação à possibilidade de se aumentar de forma firme o grau de democracia nas decisões de política econômica, registra; "Para alcançar esse objetivo é essencial, em primeiro lugar, combater o vício burocrático do segredo. Uma das características essenciais da administração burocrática, conforme já ensinava Max Weber, é o segredo. A formulação de política econômica, na medida em que é uma atividade técnica, assume frequentemente o caráter burocrático. Guardar segredo, só ter ele próprio acesso a dados, a estatísticas essenciais para a avaliação e formulação de política econômica é um instrumento de poder do tecnoburocrata" (1988, pg.18). Isto posto, "um problema que ainda não está resolvido é o do segredo no caso de choques heterodoxos" (idem, pg.19). É o que também registra Lopes: "Como a antecipação de um congelamento dá margem a uma série de movimentos es

peculativos, qualquer programa que incluía congelamento terá que ser necessariamente sigiloso e implementado por decreto, sem prévio debate parlamentar" (Lopes, 1989, pg.81) Ou seja, sem uma discussão mais ampla o que leva Lopes a considerar prescindível o congelamento de preços no combate à inflação (idem, pg.81).

As críticas ao caráter não democrático do choque heterodoxo foram, é claro, desenvolvidas por inúmeros economistas e cientistas sociais. Registramos algumas delas: "A idéia mestra do choque heterodoxo era totalmente alheia à democracia, requerendo apenas dependência tecnológica e uma vontade decidida na cúpula do poder estatal" (Singer, 1988, pg.90) Ou ainda, "as principais medidas dos choques heterodoxos foram adotadas arbitrariamente, mediante decretos-lei, sem nenhum processo prévio de negociação com o Congresso, sindicatos e lideranças empresariais. Assim o expediente de legislar através dos 'pacotes econômicos' manteve-se inalterado. Talvez a única diferença em relação ao período autoritário tenha sido a ampla manipulação dos meios de comunicação de massa, visando a persuadir a opinião pública do acerto das decisões e, desse modo, mobilizar apoio para a sua sustentação. Tal procedimento, porém, está longe de significar maior democratização da política econômica. Ao contrário, o amplo recurso à propaganda serviu como instrumento de manipulação da população. Em suma, a 'Nova República', através de hábil utilização dos meios de comunicação e de apelos populistas de participação popular no congelamento de preços, procurou passar uma imagem de maior permeabilidade da política de governo, sem, no entanto, criar nenhum mecanismo efetivo que viabilizasse a maior democratização das decisões do Estado" (Affonso, Arruda Sampaio Jr. e Schwartz, 1988, pg.155).

Estas referências anteriormente citadas, demonstram um questionamento do teor democrático das recentes políticas de estabilização, por parte tanto dos críticos, como dos "policy-makers" que atuaram no período de redemocratização. De fato, "existe em gestação um pensamento democrático que não se restringe à aceitação do jogo partidário-parlamentar (embora considere-o fundamental) como forma de justificar o ideário democrático. Sem que exista a transparência da informação e do processo de tomada de decisões na empresa (privada ou do Estado) e na burocracia (idem, ibidem), e sem que existam mecanismos de participação e de controle envolvendo tanto os partidos quanto, de modo direto, os públicos interessados, o processo de democratização torna-se capenga e encontra pouca receptividade numa sociedade na qual o 'privado', em sentido estrito, é débil diante do interesse organizado, corporativo e estatal". (F.H.Cardoso, 1988, pg.480).

A crítica aos planos heterodoxos de estabilização não pode ^{porém} estar descolada do conhecimento da realidade sócio-político brasileira. O despotismo burocrático não pode ser registrado como uma invenção dos economistas (heterodoxos) que ascenderam ao poder. O Brasil herdou um sistema político que não funciona como representante ou agente de grupos ou classes sociais determinados, mas que tem uma dinâmica própria e independente, que só pode ser entendida se examinarmos a história da formação do Estado brasileiro. Esta tese parece incompreensível dentro de uma visão de corte marxista ou economicista convencional - que tende a interpretar tudo o que ocorre em uma sociedade em termos de sua divisão de classes -, mas torna-se mais inteligível em uma perspectiva weberiana, que distingue e trata de maneira diferenciada os sistemas de classe,

os sistemas de dominação política e os sistemas de privilégio social e status em uma sociedade. É pela perspectiva weberiana que podemos ver que o Estado brasileiro tem como característica histórica predominante sua dimensão neopatrimonial, que é uma forma de dominação política gerada no processo de transição para a modernidade com o passivo de uma burocracia administrativa pesada e uma "sociedade civil (classes sociais, grupos religiosos, étnicos, linguísticos, nobreza, etc.) fraca e pouco articulada. O Brasil nunca teve uma nobreza digna deste nome, a Igreja foi quase sempre submissa ao poder civil, os ricos geralmente dependeram dos favores do Estado e os pobres, de sua magnanimidade. Não se trata de afirmar que, no Brasil, o Estado é tudo e a sociedade nada. O que se trata é de entender os padrões de relacionamento entre Estado e sociedade, que no Brasil tem se caracterizado, através dos séculos, por uma burocracia estatal pesada, todo-poderosa, mas ineficiente e pouco ágil, e uma sociedade acovardada, submetida mas, por isto mesmo, fugidia e frequentemente rebelde.

Este padrão de predomínio do Estado leva a que ele se constitua, historicamente, com duas características predominantes. Primeiro, por um sistema burocrático e administrativo que denominamos, para seguir a tradição weberiana, de neopatrimonial, e que se caracteriza pela apropriação de funções, órgãos e rendas públicas por setores privados, que permanecem no entanto subordinados e dependentes do poder central, formando aquilo que Raymundo Faoro chamou de "estamento burocrático". Quando este tipo de administração se moderniza, e segmentos do antigo estamento burocrático vão-se profissionalizando e burocratizando, surge uma se

gunda característica do Estado brasileiro, que é o despotismo burocrático.

Francisco de Oliveira, dentro da ordem de preocupação anteriormente estabelecida, fez uma crítica radical ao Plano Cruzado (in "A Ópera Bufo Again") sob o duplo aspecto de aparência e essência (procedimento e substância) ou, "nos velhos termos, de forma e conteúdo" (pg.1).

Para Chico de Oliveira, seria a concordância entre forma e conteúdo o que distinguiria uma política econômica democrática de uma política econômica autoritária (pg.1). O problema da análise deste autor é a de não reconhecer as restrições políticas que exerceram influência nos "policy makers", na concepção e implementação do plano de estabilização heterodoxo. O que a análise faz é deduzir do Plano Cruzado, uma vez implementado, as(más) intenções (ou "maquiavelismos") que devem tê-lo determinado. Tais deduções são até logicamente encadeáveis, mas não são irrefutáveis, contendo, a nosso juízo, elevada dose de arbítrio do analista. É pressuposto por Chico de Oliveira, que os formuladores do Plano foram anti-democráticos e "maquiavélicos" e, como os elementos do raciocínio dos formuladores de política não são analisados "internamente" o analista atribui seu próprio arrazoado (esteriotipado) aos "policy makers", cujo comportamento procura explicar. É claro que nenhuma análise política ou de política econômica está inteiramente isenta destes elementos de arbitrariedade. Conforme argumentou Singer, a reconstrução das cadeias de causalidade ou condicionamento não pode prescindir de suposições a respeito do que os formuladores de política almejavam e quais seriam as suas percepções. Mas, a arbitrariedade torna-se particularmente grave, quando a análise privilegia determinadas ações, estreitando o foco político da análise e fazendo

toda a conclusão depender exatamente de tais suposições anti-democráticas. (não verificáveis ex-ante, é claro), mas expostas, com o perdão do cacófono, "ex post" com erudição, estilo (e rancor), mas sem os cânones do distanciamento, da imparcialidade e da não passionalidade.

As aparências sempre se revestem da forma de um "parecer", que tem entre as suas potencialidades, de um lado o ocultar premeditado ou não premeditado daquilo que se apresenta, e de outro a ilusão ou o erro dos expectadores deste parecer. O relevante é o processo de discernir se o parecer é autêntico ou inautêntico, ou seja, se é causado por crenças dogmáticas ou suposições arbitrárias, se é ou não simples miragem, que desaparece quando submetida a um exame mais atento.

A partir de Goldmann, registrava Belluzzo que o significado objetivo que a obra (aqui o plano) possa ter para um historiador do pensamento ou para um cientista social, pode não coincidir com a intenção de seu autor. "Hume não é rigorosamente cético, mas o empirismo o é. Descartes é crente, mas o racionalismo é ateu. É preciso situar a obra, relacioná-la com a vida social, como um ponto da evolução histórica, perseguir, enfim, o sentido objetivo da produção intelectual" (Belluzzo, 1989 in Prefácio ao livro "A Heterodoxia em Xequê").

O que ~~estamos~~ querendo enfatizar com isso é que, não obstante o choque heterodoxo ser fundamentalmente não democrático, ele não foi concebido por um "maquiavelismo de bolso" como quer ver Francisco de Oliveira. Os heterodoxos não foram, a priori, anti-democráticos, apesar do choque ser.

Ao refutarmos a apreciação de Francisco de Oliveira estamos levando

em consideração é claro, que não é fácil "por o mundo entre parêntesis" na busca desinteressada da verdade, dadas as determinações sociais do pensamento sobretudo no campo da política. Supõe-se aqui que opiniões inspiradas por diferentes interesses e paixões podem diferir amplamente, sem deixarem de ser válidas e legítimas, mesmo no que diz respeito à verdade factual. É isto que exatamente nos motiva, nas reflexões que seguem.

Para Francisco de Oliveira, na louvação ao Plano Cruzado o argumento de fundo era o de que o seu fracasso, em qualquer dos 'fronts' abriria as portas para novos golpes militares. Ressalta Francisco de Oliveira que esse argumento seria o de que, se o intento democrático não se "mostrasse eficaz no especial 'front' da economia e no especialíssimo do combate à inflação, cuja aceleração até antes de março de 1986 abria para toda a classe de 'convulsões sociais', as 'forças ocultas' do autoritarismo, à espreita de oportunidades entrariam de novo em cena".

Para Chico de Oliveira "esse medo democrático é falso sob um duplo aspecto: em primeiro lugar, porque a Nova República é uma 'mélange' das forças ocultas do período autoritário com as forças políticas que lhe fizeram oposição. Portanto, aquelas estão no arcabouço da articulação política do novo regime, e sua periculosidade mantém-se alta, mas num outro sentido: o de barrar a ruptura e fincar pé na continuidade. O argumento 'medroso' leva a uma outra falsidade: ele desqualifica de antemão a compreensão das condições que têm propiciado os golpes no Brasil, como se estes fossem produtos exclusivos da intervenção dos militares e não o que sempre foram: a debilidade congênita das instituições democráticas no Brasil, isoladas pela oligarquização da política" (op.cit.pg.2).

Ocorre que o "medo democrático" para usar a expressão de Francisco de Oliveira não era o de golpe militar. Conforme salientou O'Donnell (1988:85), não obstante a improbabilidade de um golpe militar, um processo de contínua perda de efetividade e credibilidade das instituições políticas devido ao fracasso do governo em enfrentar os problemas sociais e econômicos, era uma outra possibilidade. O medo democrático, era exatamente o da vitória das forças autoritárias e continuístas presentes na Aliança. Era o medo de ver barrada a ruptura e de ver-se fincado o pé da continuidade, a partir exatamente desta tradicional oligarquização da política referida por Francisco de Oliveira, recorrente em nossas instituições republicanas.

Para Francisco de Oliveira "os procedimentos do Plano Cruzado e seus desdobramentos caracterizados no empréstimo compulsório e na 'batalha da carne' têm o selo ineludível da oligarquização do poder e da política. A pressa, o segredo e a surpresa de quase todas as medidas, têm muito a ver com uma versão do tipo 'façamos a democracia (ou a institucionalização) antes que o povo a faça' " (op. cit, pg.4).

Ao contrário ^{preciso} desta argumentação de Francisco de Oliveira argumentamos aqui (e a partir dos próprios condicionantes políticos que ele ^{apresenta} colocou) que, a idéia era mais a de "façamos a democracia (ruptura) antes que o continuísmo não nos deixem mais fazê-la ". Ou seja, o lugar central que desempenharam na articulação política os economistas da oposição, como fiadores do Plano Cruzado, ^(e depois, do Plano Bresser) não foi o de "traduzirem a oligarquização e a continuidade num discurso de uma ruptura mistificadora" (op. cit. pg. 5), mas sim, o de tentarem a ruptura, não obstante a oli-

garquização e o continuísmo envolvido na aliança da "transição transada" (Donald Share, a propósito da transição espanhola).

É verdade que o Plano Cruzado reeditou na forma de decreto-lei, procedimentos similares aos da época autoritária. Mas não que os economistas de oposição, então no poder, aceitassem necessariamente ou estivessem imbuídos, de uma concepção autoritária. É nossa hipótese, que no afã de ver realizada a "ruptura", vissem uma funcionalidade de ocasião no decreto-lei, mas não que concebessem uma "eficácia democrática" no autoritarismo remanescente, nos termos salientados por Weffort.

Os traços culturais existentes em nossa sociedade (e a argumentação que a seguir faz o próprio F. de Oliveira) vem reforçar esta nossa hipótese e contradizer a dele (F. de Oliveira): "Não se trata do velho problema de desregulação ou descompasso entre Estado e Sociedade Civil. Se o Estado reitera procedimentos e mecanismos autoritários perversos, estes têm profundos enraizamentos na sociedade como produto de um larguíssimo processo histórico que não é necessário recapitular. Só os ingênuos poderiam pensar que as práticas do Estado autoritário não faziam eco, nem se apoiavam sobre demandas da sociedade civil. Não apenas o êxito de personalidades autoritárias na história brasileira, passada e presente, estão aí para confirmar, como o grau de desarticulação entre diversos setores sociais, a tradição oligárquica e o avassalador processo de expansão econômica que desencadeou uma luta de todos contra todos, que é apenas a aparência do violento processo de desenraizamento e de negação e destruição das identidades sociais, induz a demanda da sociedade que pede frequentemente a intervenção 'salvadora' do chefe, do executivo. Boa

parte do êxito do congelamento advém desse 'culto da autoridade', dessa confiança cega na ação decisiva do Presidente, contra-face perversa de uma sociedade onde os mecanismos e as instituições da mediação política quase sempre fracassam, por obra da própria oligarquização da política" (op. cit. pg. 6)

Para Francisco de Oliveira o Plano Cruzado foi, como forma e conteúdo, um "golpe branco": "Aqui se afirma que o processo de construção do Estado democrático no Brasil - como alhures - está se dando e continuará a resolver-se com movimentos concretos como o de 'golpes brancos'. Este 'golpe branco' é de composição difícil e sua decodificação não se deixa desembaraçar mediante recursos fáceis tipo 'foi para beneficiar o capital'. Em sua essência, ele é um momento conjuntural da luta pelo poder no interior do arcabouço institucional da Nova República entre os que formam a altíssima taxa de preválência de interesses e representantes do 'ancien regime' de um lado e os que formaram a oposição, do outro. Como momento conjuntural ele se distingue qualitativamente do movimento estrutural societário mais amplo, o qual estrutura uma dialética cujos pares opostos são forças políticas que lutam pela regulação política da economia contra aqueles que buscam manter o 'status quo' da desregulação" (op. cit. pg.9).

A argumentação acima de Francisco de Oliveira leva-o, a nosso ver, a cair em contradição com o seu pressuposto de ser o Plano Cruzado (e seus formuladores), anti-democrático e mistificador. Este autor acaba até, implicitamente, vendo uma funcionalidade real no autoritarismo embutido no decreto-lei utilizado no Plano Cruzado ("golpe branco"): "Em se

tomando o conjunto do momento conjuntural e do movimento estrutural mais amplo, ele é 'summa' da especialíssima transição entre o autoritarismo e a Nova República. Como a conjuntura nunca é apenas atualização da estrutura, ela pode influir na determinação de direções do movimento estrutural mais amplo, que uma análise linear desse próprio movimento estrutural simplesmente não captaria. Eis porque metodologicamente pode-se considerar que o movimento mais estrutural da democratização envolve e comporta momentos de 'golpes brancos' (posto que o 'golpe preto', perdão, movimentos negros, rompe os limites da 'incerteza previsível' de Pzeworski" (Francisco de Oliveira, op. cit. pg.9).

Uma "funcionalidade" menos aceitável é a que Francisco de Oliveira acaba vendo na inflação, numa lógica (maluca) que o levará a ver no combate a inflação um combate de natureza essencialmente anti-democrático, a partir do pressuposto de não ser a inflação um problema central de nossa economia (uma idéia parecida com o absurdo de p. ex. não se combater uma gripe, por ter esta a funcionalidade de se exigindo corpo enfermo, ficar em descanso...): "Do ponto de vista das tensões estruturais, o problema central da economia brasileira não era, apesar das aparências, o da inflação, opinião a contrapelo da enorme maioria de técnicos e leigos" (pp. cit. pg. 13), (como não poderia deixar de ser, aduziríamos nós) "..... o movimento geral da indexação elevou as reivindicações políticas dos grupos sociais a um patamar em que a manipulação seria impensável, ou pelo menos muito mais dificultosa. Em outras palavras, a inflação estava cumprindo um papel de universalizador universal, com perdão da redundância, das demandas e reivindicações de cada grupo e classe

social, levando à sua politização. Esta reforçaria as novas estruturas de poder em formação e pelo movimento de reforço entre a política, as reivindicações, a conquista delas e a política outra vez, terminaria por completar um movimento institucional de regulação política da economia" (op. cit. pg.15). ^{Ocorre que} As consequências disso, como diria o velho conselheiro Acácio dos romances de Eça de Queiroz, vem sempre depois, (mas vêm): seria a nosso ver um processo hiperinflacionário.

Para Francisco de Oliveira, "o maquiavelismo de bolso do Planalto formulou sua estratégia de ação, pois intentar um pacto social equivaleria a reforçar as estruturas de poder em formação. Esta miopia e concomitante elevação de interesses particularistas à condição de interesse nacional é que ameaça os débeis intentos da democratização e a médio prazo a própria democracia" (op.cit.p.20). Para este autor ainda, com o Plano Cruzado "o aspecto político decisivo é a tentativa de quebrar o processo de universalização das reivindicações... O que escapa frequentemente das análises econômicas sobre a inflação, e se esperaria que não escapasse às análises políticas, é o seu efeito politizador"... (op.cit.p.25). "Os pais teóricos do Plano Cruzado - e são muitos hoje - e também práticos, posto que alçados a altas funções governamentais, nunca 'esconderam o leite' apesar dos malabarismos verbais e dos neologismos. A quebra da inflação 'inercial' para os mesmos é uma questão de 'apagar a memória' da inflação, do comportamento dos agentes.... O 'apagar a memória' põe por terra todo o trabalho universalizador da inflação, seu conteúdo que chamava a uma regulação política da economia e da inflação" (op.cit.p.25)

Registrado o equívoco de análises do tipo da efetuada por Francisco de Oliveira, que parece não se dar conta - não obstante seu hibridismo de economista e sociólogo - do fato de ser a inflação desgovernada um grande risco para qualquer sociedade democrática, sendo seu controle a primeira das prioridades econômicas, permanece em aberto a questão do segredo, envolvida no congelamento de preços, principal âncora dos choques heterodoxos.

Neste sentido, Valney Britto, diretor financeiro do Grupo Pão de Açúcar, apresenta uma idéia interessante a partir de preocupações semelhantes à aqui apresentada: "Um dos problemas que enfrentam todos os congelamentos de preços é o segredo. Alega-se que é necessário negar até o último momento para não criar tumultos e evitar manobras especulativas de defesa contra o congelamento. Essa atitude, entretanto, tem como contrapartida negativa para o governo, a perda de credibilidade. Nega-se até o último momento para afinal se fazer o que foi negado... A fixação de uma regra de congelamento que, ao mesmo tempo, permita seu anúncio antecipado, sem que o presidente precise se tornar um mentiroso, e assegure o máximo de neutralidade na "distribuição relativa", seria uma importante contribuição para o sucesso de qualquer futura política econômica. Existe uma solução para o problema que, de um lado garante a credibilidade do governo e, de outro, evita as antecipações de preços ou as limita. Essa solução permite o debate e o anúncio antecipado do congelamento. Permite o estabelecimento dos critérios de fixação dos preços a partir de um amplo acordo com as empresas. A idéia é bastante simples. Trata-se de deixar claro aos agentes econômicos que o preço congelado não poderá ser superior à média dos preços reais praticados pela empresa nos últimos seis meses. Dessa forma as empresas não poderão fazer aumentos abusivos de

preços nas vésperas do congelamento. A média dos preços reais é calculada com base nos valores efetivamente recebidos em caixa pelo vendedor, fabricante ou fornecedor, transformados em BTN's fiscais da data do efetivo recebimento. Pode-se usar as transações dos últimos seis meses do ano de 1989..."(Valney Britto, FSP, 01.3.90, grifos nossos). Valney Britto faz assim uma proposta simples, e inteligente, calcada na preocupação "muito importante que é a de como podemos aumentar o grau de democracia existente num processo de definição de política econômica". (Bresser Pereira, in Suplicy, 1988, pág. 318, grifos nossos).

V

A TAXIONOMIA QUÁDRUPLA DO PROCESSO INFLACIONÁRIO

A inflação tornou-se, pode-se dizer, um fenômeno característico das economias capitalistas - desenvolvidas ou subdesenvolvidas - especialmente no último quartel do século XX quando, além deste mal, estas economias passam a conviver também com taxas relativamente altas de desemprego e capacidade ociosa.

A princípio, a inflação é definida como um aumento, persistente no tempo, do índice geral de preços. As investigações a respeito das causas deste aumento, como de certa forma já vimos nos capítulos anteriores, permitem a identificação de quatro componentes essenciais do processo inflacionário: um componente que representa os choques de oferta; um componente que reflete os choques de demanda; um componente de indexação ou de inércia; e um componente de aceleração endógena.

Os dois primeiros componentes referem-se aos fatores exógenos de aceleração da inflação, cuja análise - historicamente precedente à do componente de inércia e ao de aceleração endógena - reflete uma preocupação primordial em determinar a causa, ou as causas primárias do processo inflacionário, pressupondo que, uma vez identificada a causa, tornar-se-ia fácil estabelecer um controle efetivo sobre o fenômeno dos aumentos de preços.

Entretanto, à medida que este controle não se mostrou tão efetivo quanto seria desejável, e a inflação persistiu, desmitificando uma relação causal direta de fatores isolados, como expansão autônoma dos meios de pagamento, aumento da demanda, evolução do preço do petróleo etc., surge uma mudança na ótica de análise da inflação, passando-se a detectar componentes de realimentação. Como registrou Adroaldo Moura da Silva "a inflação não é um fenômeno de causa única, é resultante de uma multiplicidade de fatores. Antes de buscar a causa primária, mais importante é lo-

calizar e controlar os esquemas de propagação das ondas inflacionárias, se algum sucesso se pretende obter nos planos de combate à inflação. Ou seja, a dinâmica inflacionária tem autonomia suficiente para se auto-alimentar, independentemente do elo primário que iniciou o processo de elevação dos preços. Esta talvez seja a mais importante lição que se extrai da literatura recente". (1986,p.85)

A teoria da inflação inercial

Não obstante os choques heterodoxos não terem sido um sucesso, é erro, a partir deste fato negar importância à teoria da inflação inercial. A teoria inercial sustenta que a inflação responde de forma muito tímida e muito lenta às ações restritivas de política monetária e de política fiscal, notadamente no caso de economias com altas taxas de inflação e alto grau de indexação. Consequentemente, somente medidas monetárias e fiscais de restrição (ortodoxia), só conseguiram produzir efeitos de redução significativa na taxa de inflação depois de causarem uma recessão profunda e um enorme desemprego, sobretudo em casos como o brasileiro ou de outras economias latino-americanas. Esta resposta lenta e fraca da inflação às políticas de controle da demanda agregada é atribuída na teoria, como de certa forma já vimos, a um efeito que predomina e predomina: da inflação passada sobre a inflação presente, em face da existência de vários mecanismos e contratos formais e informais de indexação. Isto faz - de acordo com a teoria - com que a inflação adquira um elevado grau de inércia, de realimentação do presente, pelo passado, no que diz respeito aos preços e salários na economia. A política econômica que resulta desta teoria é de que não há muito o que se possa ou deva ser feito no sentido de conter a inflação via controle da expansão da moeda ou do déficit

público. O que tem de ser feito é "quebrar" a inércia: congelar preços, salários e câmbio, além de se modificarem contratos indexados na economia. A principal atração da teoria da inflação inercial é a promessa de acabar com a inflação sem "dor": sem recessão, nem desemprego, e sem mexer no tamanho do governo na economia. Cogitava-se, em algumas análises, até da viabilidade de se manter o crescimento da economia via gastos públicos e via política monetária de juros baixos. Esse foi, sem dúvida, um dos fortes elementos da retórica da teoria, além dos já elencados no capítulo em que tratamos da retórica na economia.

Produto de um grande esforço intelectual empreendido por economistas brasileiros no início dos anos 80, este novo paradigma sobre o processo inflacionário desenvolveu-se basicamente em dois centros: na PUC do Rio de Janeiro e na FGV de São Paulo.

Na verdade, como destacam Bresser e Nakano (1986), Mário H. Simon (1970 e 1972), que sempre utilizou em seus trabalhos de criatividade e ecletismo - monetarismo, Keynesianismo e estruturalismo - já havia dado uma contribuição pontual para o posterior desenvolvimento da teoria da inflação inercial com o seu conceito de realimentação inflacionária.

Bresser e Nakano, da FGV de São Paulo, publicam em 1984 uma obra fundamental para o entendimento do processo inflacionário brasileiro e para o desenvolvimento da teoria inercial. Pretenderam "desenvolver ou sistematizar uma teoria sobre a inflação adaptada ao capitalismo oligopolista e tecnoburocrático de nossos dias". Para isto montam "um modelo teórico de inflação que não apenas abandona os pressupostos de competição perfeita e equilíbrio automático no pleno emprego dos economistas neoclássicos mas também o pressuposto keynesiano de preços fixos até o nível de pleno emprego... As taxas de inflação podem variar de país para país. Po

demos ter períodos de aceleração ou desaceleração inflacionária. Mas dificilmente o capitalismo atual logrará resolver seus conflitos distributivos nos quadros de um mercado imperfeito e ao mesmo tempo manter preços estáveis. Os fatores mantenedores do patamar de inflação ou de inércia inflacionária são muito poderosos no capitalismo tecnoburocrático dos nossos dias". (Bresser e Nakano, 1984,p.8).

Para Bresser e Nakano o processo inflacionário contemporâneo só pode ser proficuamente entendido se identificado três mecanismos fundamentais que atuam neste processo, determinando um comportamento ascensional dos preços : 1) os fatores de inércia inflacionária que causam a manutenção do patamar da inflação (a capacidade dos agentes econômicos de repassarem seus aumentos de custos para os preços); 2) fatores que causam a aceleração da inflação (aumento da margem de lucros ou de salários reais acima da produtividade); e 3) fatores que sancionam a elevação dos preços (particularmente o aumento da quantidade nominal de moeda --(1984 pgs 56 e 57).

Os fatores mantenedores da inflação (ou inércia inflacionária) derivam do conflito distributivo constitutivo do sistema que faz com que os agentes procurem manter estáveis a parcela de suas margens de lucros e de seus salários reais na renda gerada. A existência da inércia inflacionária "que garante a estabilidade relativa das participações na renda dos diversos agentes econômicos, implica em uma grande rigidez para baixo da inflação."(pg.63). Este fato terá implicações fundamentais na política econômica, a indexação formal e/ou informal, torna "os preços relativos rígidos, dificultando o processo de ajustamento econômico via mecanismo de mercado. Em outras palavras, o papel do mecanismo de preços no processo de realocação de recursos fica extremamente rígido e emperrado, exigindo uma intervenção governamental no sentido de desindexar a economia e estruturar os preços relativos de uma forma administrativa"(ibid, p.65).

Já Francisco Lopes, da PUC do Rio de Janeiro, registrava: "Nossa teoria enfatiza a natureza inercial da tendência inflacionária: na ausência de choques inflacionários a inflação corrente é determinada pela inflação passada, independentemente do estado das expectativas" (Lopes,1986,pg. 124). Ainda Lopes: "...Se todos os agentes adotam (ou submetem-se a) regras estáveis de recomposição periódica de picos invariantes de renda real e os preços relativos médios não se alteram, a taxa de inflação permanece constante no tempo. Em o

tras palavras a tendência inflacionária (que é ataxa de inflação que vigora com preços relativos constantes) tende a reproduzir a taxa de inflação passado quando os agentes têm um padrão de comportamento defensivo de seus picos de renda real. Esta é a essência da hipótese de inflação inercial" (1986,pgs. 125/6). Para Arida (1984), a inflação torna-se inercial quando as expectativas em relação à inflação futura é exatamente a inflação passada. O caráter inercial dos processos inflacionários crônicos foi marcante na literatura econômica brasileira. Os artigos de Simonsen(1970) de Bresser (abril de 1981), Adroaldo Moura (1981), de Arida (jan.1982 e abr.1982), de Nakano (abril/junho 1982) de Bresser e Nakano (jan/mar.1984) Arida e Lara Resende (1985), Bacha e Lopes (1984), Lara Resende(1980), Lopes (nov. de 1983), de Lopese Modiano (abril/1983), Lopes e Williamson (1980) e Simonsen (1983), construíram o arcabouço para o entendimento do componente inercial da inflação em economias indexadas.

Com relação à receituários de política econômica para romper a rigidez para baixo da inflação inercial brasileira, tivemos diversas propostas. Bresser Pereira e Nakano (julho de 1984), enfatizaram o papel dos controles administrativos e foram, inclusive, os primeiros a propor um choque heterodoxo, que então chamaram de "política heróica de combate a inflação". Lopes (agosto 1984), propôs o "choque heterodoxo" em oposição aos choques ortodoxos convencionais. Lara Resende (set.1984) propôs a desindexação via moeda indexada e Arida(set.1984) defendeu a neutralização da inflação através de graus mais elevados de indexação.

Da Inflação Inercial à Inflação Acelerada. Dois elementos serão fundamentais para o entendimento posterior da aceleração endógena em altas inflações: a expectativa e o conflito distributivo. Estes dois elementos foram considerados por Bresser Pereira e Nakano (1984), os primeiros inercialistas brasileiros a considerar a aceleração endógena na inflação crônica

"O fator mantenedor do patamar da inflação ou de inércia inflacionária por excelência é o conflito distributivo, ou seja, o fato de que as diversas empresas e sindicatos dispõem de instrumentos econômicos e políticos para manter sua participação relativa na renda... quando a inflação se torna crônica, os diversos agentes econômicos tenderão a aperfeiçoar seus mecanismos de defesa, produzindo-se assim, uma espécie de mecanismo informal de indexação. Os preços passam a ser corrigidos de forma cada vez mais frequentes, de forma a diminuir a defasagem entre aumentos de custos e preços... É preciso ficar claro que esse processo generalizado de indexação formal e informal não acelera mas mantém o patamar da inflação... Só haverá uma aceleração (ou desaceleração) se a correção dos preços, dos salários, da taxa de câmbio ou da taxa de juros for maior (ou menor) do que a taxa de inflação relativa ao patamar vigente... Este fenômeno poderá ocorrer em função de um erro quanto às expectativas em relação à inflação futura. Porque no processo inflacionário crônico é preciso considerar que os agentes econômicos, ao elevar seus preços, levam em conta não apenas a elevação de seus custos correntes, mas também as expectativas de elevação" (Bresser e Nakano, 1984, pgs. 62 e 63).

Houve um grau de abrangência maior na contribuição teórica dos inercialistas da FGV de São Paulo, vis a vis ao grupo da PUC/RJ. Esta maior amplitude de análise é que irá subsidiar a compreensão posterior da aceleração endógena em processos inflacionários crônicos: "Quando, no início dos anos 80, dois grupos de economistas desenvolveram a teoria da inflação inercial o grupo da PUC do Rio de Janeiro limitou a explicação da origem desse tipo de inflação às defasagens nos aumentos de preços ou à rigidez nominal dos preços que obrigavam os agentes econômicos a reproduzir no presente a inflação passada, enquanto o grupo da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo considerou fundamental considerar os aumentos autônomos e relativamente automáticos de preços decorrentes das defasagens, como uma das formas pela qual se expressa o conflito distributivo. Esta segunda alternativa é mais consentânea com a perspectiva estruturalista de inflação... O conflito distributivo, nesta concepção, não é a base de uma terceira teoria da inflação - além da teoria inercial e da teoria monetarista - como

quer Edmar Bacha (1987)" - (Bresser Pereira, 1989, pg. X).

Kandir corrobora nossa avaliação da importância do desenvolvimento da teoria da inflação inercial para o entendimento do processo inflacionário brasileiro. Porém comete o erro de considerar que todos os inercialistas (neo-estruturalistas) assumem uma concepção estável da estrutura econômica, com a idéia de que o mark-up é fixo a curto prazo e varia a médio prazo apenas com o excesso de demanda. Registremos as palavras deste autor: "A concepção da hipótese da tendência inercial nas economias cronicamente inflacionárias foi, sem a menor dúvida, uma importante contribuição do pensamento neo-estruturalista, que, assim, demonstrou de forma cabal os problemas que a implementação de políticas de estabilização de corte ortodoxo tendem a gerar. Todavia o pensamento neo-estruturalista não chegou a desenvolver uma teoria que de fato permitisse entender o processo inflacionário contemporâneo em sua totalidade.... A idéia de que o mark-up é fixo a curto prazo e varia a médio prazo apenas com o excesso de demanda parece-me discutível. O processo de definição dos preços por parte dos empresários tem tido um papel importante na aceleração da inflação, considerando-se as atuais condições do capitalismo, especialmente no que diz respeito às economias em processo de ajustamento". (1989, pg.82).

O acima exposto não é o que podemos encontrar nas contribuições de Bresser e Nakano, (84) dois representantes do neo-estruturalismo brasileiro: "Para entendermos a inflação nada mais óbvio do que concentrarmos a nossa atenção no mecanismo de formação de preços. Entretanto, a teoria econômica tradicional exposta nos livros-texto não esclarece em nada, pois não é a atividade de troca de indivíduos abstratos ("produtores") que determina os preços. Ao contrário, na economia capitalista moderna predominam grandes empresas, multidivisionais e monopolistas e esta característica institucional tem que ser incorporada numa teoria de preços. Estas empresas constituem unidades de capital com uma complexa estrutura administrativa. São, na verdade, agentes sociais voltados à valorização do capital e em função deste processo é que os preços são determinados. Além disso, o processo de concentração inerente ao sistema capitalista acaba permitindo a criação de barreiras à mobilidade de capital, cada uma com determinado grau de monopólio, isto é, possibilidade de obter taxas de lucros monopolistas. Em outras palavras, na maioria dos setores industriais são os grandes oligopólios que predominam e administram os seus preços no mercado independentemente das condições de oferta e demanda." (Nakano, 1984, pg.147).

Quando a demanda cai "os custos fixos unitários aumentam e se a margem de lucro não for aumentada o lucro será corroído por este aumento nos custos. Em outras palavras, as empresas oligopolistas por terem controle sobre o mercado procuram recuperar as perdas sofridas devido as quedas nas vendas através de uma elevação nas margens de lucros... Com isso os setores oligopolistas elevam as suas margens de lucros provocando uma típica inflação de lucros" (ibidem, pg. 148).

O pioneiro na teorização da inflação acelerada na América Latina foi Roberto Frenkel. Maria da Conceição Tavares até amplia este pioneirismo ao afirmar que Frenkel é "o pioneiro incontestável do enfoque heterodoxo na América Latina com seu artigo 'Decisão de preços em alta inflação' de 1979" (Julho, 1989 pg.55). O argumento preliminar de Frenkel pode ser resumido da seguinte forma "Os mark-ups ficam estáveis somente se os agentes que decidem preços esperam que os custos continuem crescendo à taxa de crescimento do período anterior. No entanto, se houver expectativa de elevação no ritmo de expansão dos custos os mark-ups serão 'inchados' por esse incremento. Como Frenkel demonstrou, a existência de um tempo de produção introduz um elemento que complica a definição dos mark-ups em ambientes inflacionários. Em tais ambientes o mark-up tem dois componentes: um relativo ao mark-up desejado, que garante a efetiva remuneração do capital, e outro relativo à expectativa de aumento nominal de custos. Quando, por alguma razão, o segundo componente tende a se acelerar - ou seja, quando se espera um incremento no ritmo de expansão dos custos -, os mark-ups crescem preventivamente, de maneira a evitar seu esmagamento ex-post. Com isso, ocorrendo um choque inflacionário na economia, os agentes produtivos em todos os segmentos passam a esperar um aumento na variação de seus custos. Em consequência, procuram aumentar preventivamente seus mark-ups. Mas de que magnitude? Se errarem para baixo, perderão pelo aperto das margens. Se errarem para cima, perderão pela diminuição das quantidades vendidas. Trata-se de uma escolha sob risco. "Frenkel mostrou que um processo racional de decisão conclui por um viés no sentido de evitar-se o erro de subestimar a evolução dos custos. Assim, quando ocorrem choques inflacionários, surge um elemento acelerador que corresponde ao viés de superestimar as expectativas de evolução dos custos". (Kandir, 1989, pg.84)

Conceição Tavares e Belluzzo (1986), deram uma contribuição decisiva para o desenvolvimento da teoria da inflação acelerada: "Os componentes da equação de preços, que correspondem à valorização estritamente **espéculativa**, estão autônomizados em relação às condições de valorização produtiva. As formas de valorização de capital, predominantemente especulativas, não encontram renouso em qualquer ativo particular. O caráter rentista da riqueza capitalista prevalece sobre seu caráter produtivo, fazendo com que uma parte substantiva dos 'custos de produção' deva ser estimada com uma enorme margem de segurança. Deste modo, tanto a inflação passada quanto a esperada estão embutidas no cálculo prospectivo, menos pelo lado da noção tradicional de 'fluxos de oferta' e muito mais pelo lado dos estoques e valores de capital" (pg.55).

A partir das contribuições originais de Frenkel, Conceição Tavares e Belluzzo e municiado de uma abordagem pós-keynesiana, Kandir em sua tese de doutoramento na Unicamp ("Inflação Acelerada") dará uma importante contribuição para o entendimento do estágio do processo inflacionário entre a inflação inercial e a hiperinflação. Como registrou Conceição Tavares "Belluzzo e eu deixamos a alguns discípulos o desenvolvimento de nossas precárias indagações teóricas de 1984 (ver, em particular, A. Kandir 'A Dinâmica da Inflação' Ed. Nobel 1989)" - (Conceição Tavares, Julho de 1989).

O trabalho de Kandir foi desenvolvido com dois objetivos básicos. "O primeiro é elaborar uma proposição teórica para o estudo das acelerações inflacionárias no contexto determinado pelos processos de ajustamento enfrentados por economias cronicamente inflacionárias e com estruturas produtivas significativamente complexas. O segundo objetivo é demonstrar que, devido a tais processos, essas economias tendem a uma situação na qual a inflação passa a apresentar um componente endógeno de aceleração que, uma vez incorporado à dinâmica inflacionária, pode colocar sérios problemas para os mais diversos tipos de políticas de estabilização" (Kandir, 1989, pg.23).

A lacuna no trabalho de Kandir é a não abordagem e a desconsideração à importância do conflito distributivo para o entendimento da complexidade do processo inflacionário. Kandir logo na primeira página de seu trabalho registra "... as diversas vertentes do chamado pensamento heterodoxo ou crítico tendem a abordar de modo genérico a questão do conflito distributivo, sem avançar -

teoricamente no que respeita a sua dinâmica" (1989, pg.21), dando ao leitor a expectativa de que este tratamento teórico será desenvolvido pelo autor. Esta expectativa fica frustrada na página seguinte, quando Kandir registra: "Como procurarei mostrar, a inflação não pode ser explicada simplesmente através da constatação da existência de atores sociais com papéis distintos no processo econômico e lutando pela distribuição da riqueza. O processo inflacionário é um fenômeno mais complexo, que requer um desenvolvimento teórico mais estruturado e específico. Para o que desejo argumentar, contudo, basta lembrar que o problema distributivo é uma das diversas dimensões e de terminações do processo inflacionário" (ibidem, pg.22).

Kandir entretanto - e corretamente a nosso juízo - valoriza a importância de se considerar o elemento expectativa, no entendimento do estágio da inflação acelerada. Como registrou Lara Resende, quanto mais agudo o processo inflacionário, menor a relevância da indexação (formal ou informal) e maior a importância das expectativas e da credibilidade (1989,pg.25), ao contrário do que havia considerado anteriormente Lopes, em trabalho que pretende "sugerir a proposição ainda mais forte de que toda inflação crônica é sempre, predominantemente, inercial" (1986, pg.121). A ideia de Kandir é "mostrar que as expectativas quanto aos preços futuros dos bens público-fiscais e dos bens cambiais passam a ter um papel importante na definição dos mark-ups desejados" (1989, pg.27).

Keynes já havia destacado que "o fenômeno inflacionário pode ser agravado, ainda, na medida em que uma expectativa quanto à evolução dos preços tende, quando amplamente assumida, a ser até certo ponto cumulativa em seus resultados. Se se espera uma alta de preços e o mundo empresarial age de acordo com tal expectativa, isto faz com que eles subam por algum tempo e, confirmando-se a expectativa, reforcem-na; o mesmo ocorre quando se espera uma queda. Assim, um impulso inicial comparativamente fraco pode bastar para produzir uma considerável flutuação" (1976, pg.20).

Consideramos que não destacar a importância do conflito distributivo, é tão incorreto quanto não considerar o elemento expectativa no processo inflacionário. Afirmar que a inflação está se acelerando porque os agentes econômicos formam expectativas de que a inflação é crescente não é adotar

uma abordagem monetarista. Nem transformar a inflação em um fenômeno facilmente controlável desde que se alterem as expectativas dos agentes econômicos quanto a política econômica.

Quanto ao conflito distributivo, vale o registro de Bacha que continua "convencido de que essa hipótese oferece um rico filão para a compreensão dos problemas enfrentados pelas políticas de estabilização no país, tanto na Velha como na Nova República. Recordo-me de um texto de Solow, discutindo a hipótese de rigidez de preços e salários num contexto de expectativas racionais, em que diz que não será porque ele ainda não conseguira derivar essa rigidez de um modelo atendendo a todos os requisitos da moderna teoria econômica que deixaria de acreditar na existência desse fenômeno - porque os preços e salários são rígidos, (Solow, 1979). Da mesma maneira, não será porque ainda não tenha tido conhecimento de um modelo de conflito distributivo que seja totalmente consistente com a racionalidade econômica que deixarei de acreditar em sua importância para explicar tanto a inflação como as dificuldades da política de estabilização, pois essa importância é visível a olho nu. O desenvolvimento de uma teoria econômica consistente para a teoria "sociológica" do conflito distributivo, continua sendo um dos mais intrigantes desafios para a investigação econômica brasileira sobre políticas de estabilização" (1989, pg. 150).

Com efeito, conforme já registramos em trabalho anterior (Rego, 1989), a inflação inercial gesta-se na estabilidade do conflito distributivo. Ora, não podemos ainda considerar como inercial um processo inflacionário que se acelera endogenamente, neste caso passamos a não ter mais estabilidade no conflito distributivo. Esta estabilidade, vale lembrar, não pode ser confundida com a idéia de neutralidade na inflação inercial, pois mesmo na inflação predominantemente inercial haverá dispersão de preços relativos entre setores (agricultura versus indústria, setores internacionalizados versus domésticos, bens de capital versus bens de consumo etc.) e entre grupos de renda (governo versus setor privado, lucro versus salário, renda de juros e aluguéis versus lucro industrial, etc). Na inflação inercial, o conflito distributivo não está nem eliminado, nem fundamentalmente neutralizado, mas estabilizado.

Podemos considerar como relevante na aceleração recente do processo inflacionário brasileiro, a instabilidade no conflito distributivo. É fundamental destacar que a inércia é apenas uma das possibilidades a partir do conflito distributivo, assim como a aceleração. A mudança de um conflito distributivo estável para um instável fundamenta-se em alterações no elemento expectativas. Na inflação inercial, como já vimos, os agentes econômicos formam suas expectativas de acordo com a inflação passada. Na aceleração endógena da inflação a partir de elevados patamares inflacionários (conflito distributivo instabilizado), as expectativas se alteram, passam a ser diferenciadas, acirrando o conflito. Como registraram Conceição Tavares e Belluzzo (1986) "numa situação de incerteza, significativamente ampliada pela natureza do ajuste externo, as expectativas são aceleracionistas" (pg.69). Se os agentes econômicos, a partir de expectativas aceleracionistas, tenderem, como observou Bresser Pereira a reajustar seus preços de acordo com os aumentos ocorridos acima da média, a aceleração da inflação será parte intrínseca do próprio processo inflacionário.

O que Frenkel (1979), Bresser e Nakano (1984, 1988, 1989), Tavares e Belluzzo (1984), Bacha (1989) Rego (1989), Lará Rezende (1989) e Kandir (1989) estão chamando a atenção é para o fato de que a partir de elevados níveis inflacionários passa a inflação a possuir uma aceleração endógena em seu processo.

Classificações do Processo Inflacionário

Sempre é útil, didática e analiticamente, classificar os processos inflacionários. Classificando as teorias de inflação segundo suas causas, temos, entre as teorias sobre a aceleração da inflação (de forma bastante simplificada aqui): a) a teoria monetarista, que atribui a inflação ao aumento da quantidade de moeda; b) a teoria keynesiana, que atribui a inflação ao excesso de demanda; c) a teoria estruturalista, que atribui ao estrangulamento de setores de oferta uma causa fundamental da inflação; d) a teoria administrativa, que identifica como causa de inflação os choques de oferta monopolistas e e) a teoria da aceleração endógena da inflação, inspirada basicamente em duas correntes teóricas, uma nitidamente pós-keynesiana e a outra bem mais eclética mas com forte influência do estruturalismo. Entre as teorias de manutenção da inflação, temos cinco modelos de inflação inercial que, como registra Serrano "abrange praticamente todo o espectro teórico (e ideológico), havendo suficientes versões do argumento inercial para agradar ao mesmo tempo o mais tradicional monetarista e o mais radical estrutu-

ralista" (1986,pg.107). Assim, simplifcadamente também, temos: inércia por expectativa racional, inércia por expectativa adaptativa, inércia institucionalizada, inércia por contratos salariais justapostos e, inércia por conflito distributivo.

Uma outra classificação possível é a dos microfundamentos das teorias do processo inflacionário: "Em se tratando do problema inflacionário, tal tipo de classificação facilita a discussão teórica, na medida em que explicita de imediato, a estrutura básica de determinação da variação dos preços em cada teoria, o que é um aspecto crucial da caracterização da dinâmica inflacionária" (Kandir,1989,p.30).

Já Lima (1990) faz uma classificação do processo inflacionário a partir da "Teoria das Catástrofes", segundo este autor "a utilização dessa Teoria permite construir um modelo suficientemente geral para explicitar diferentes tipos de experiências inflacionárias, sem que para isso seja necessário recorrer-se a critérios heterogêneos (valores arbitrários da taxa de inflação, alteração de condições institucionais, etc.) De acordo com esse modelo podemos classificar os diferentes tipos de inflação pelo número de "variáveis de controle", e a passagem de um tipo ou outro pela inclusão ou exclusão de uma variável de controle" (1990, pg.26).

A taxionomia quádrupla.

Bresser Pereira, em artigo publicado em Setembro de 1988 ("A Aceleração da inflação inercial",FSP), amplia a análise sobre a natureza da inflação brasileira, procurando complementar escritos anteriores, seus e de outros teóricos pioneiros da inflação inercial, mostrando que pode existir uma aceleração endógena inerente a este tipo de fenômeno, tornando-o intrinsecamente crescente. Como já vimos no capítulo sobre retórica o texto ofereceu, a partir da idéia da troca dos indexadores em ~~alcos~~

patamares de inflação, uma efetiva contribuição para o entendimento da endógena aceleração inflacionária. Minha inquietação com este artigo, não obstante, era com a impropriedade conceitual da "inércia acelerada" utilizada por Bresser para designar como ainda inercial o estágio inflacionário entre a inflação inercial strictu sensu e a hiperinflação (Rego, 1989). Bresser Pereira refere-se explicitamente à esta minha discordância nos seguintes termos: "Alguns economistas tiveram dificuldade em aceitar a idéia de que a inflação inercial teria uma tendência moderadamente crescente embutida nela - própria (ver Rego, 1989). A partir de uma concepção literal da palavra "inércia", pareceu-lhes contraditória a idéia da aceleração da inflação inercial. Inflação inercial, como o próprio nome indica, seria estável. Na verdade, não há nenhuma contradição. A inflação situada entre a inflação comum e a hiperinflação é denominada "inercial" por uma convenção. Poderíamos chamá-la de "autônoma", como o fizemos nos nossos primeiros trabalhos sobre o assunto. Ou 'crônica' como propõe André Lara Resende. O fato de que ela se reproduza inercialmente não significa obviamente que nessa reprodução não possam estar incluídos fatores endógenos de aceleração" (Bresser Pereira, 1989, pg. XIV).

Entre estas duas taxonomias temos uma diferença de denominação para o estágio intermediário à inflação comum (ou moderada) e à hiperinflação (ou seja, inflação inercial para Bresser Pereira e inflação crônica para Lara Resende). Ora, ambas taxonomias, por serem tripartites apenas, podem gerar problemas de entendimento, fazendo com que por um simples problema de semântica e de classificação não se cante inclusive a contribuição que estes mesmos dois autores dão na explicação da aceleração endógena em processos inflacionários crônicos e com alto patamar, levando-se a jogar fora o "bebê" (aceleração endógena em altas inflações) com a "água do banho" (inflação inercial ou crônica e/ou inflação inercial acelerada) como faz erroneamente por exemplo Gustavo Maia Gomes (in "Sobre a 'Inércia acelerada'", FSP Out. 1988).

O problema da classificação de Bresser Pereira é juntar num mesmo conceito (de inércia) a inflação inercial e a inflação acelerada, superestimando o elemento inercial da inflação. Já a classificação de Lara Resende, acaba sem querer, minimizando a importância do elemento de inércia em inflações crônicas.

Daí termos proposto a "taxionomia quádrupla", ou seja uma classificação quadripartite do processo inflacionário a partir da decomposição da inflação crônica em dois estágios, flagrando este processo em quatro estágios característicos: a) o da inflação moderada; b) o da inflação inercial; c) o da inflação acelerada e finalmente d) o estágio da hiperinflação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Affonso, Rui; Sampaio Jr., Plínio e Schwartz, Gilson

1983 - "Política Econômica e Democratização: O Impasse Brasileiro" in Fábio Wanderley Reis & Guillermo O'Donnell (Org.): A Democracia no Brasil Dilemas e Perspectivas. São Paulo: Editora Vértice.

Arida, Pêrsio

1983 - "A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica" - Texto para discussão nº 54. Rio de Janeiro: PUC

1984 - Segunda versão (Mimeo) do artigo supracitado.

1986 - (Organizador) - Inflação Zero: Brasil, Argentina, Israel. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

1987 - Entrevista dada a Alex Solnik, cap.4 do livro: Por Que Não Deu Certo. Porto Alegre: L&PM Editores.

Bacha, Edmar Lisboa

1989 - "Moeda, Inércia e Conflito: Reflexões sobre Políticas de Estabilização no Brasil" in José Marcio Rego (Organizador): Aceleração Recente da Inflação - A Teoria da Inflação Inercial Reexaminada. São Paulo: Editora Biental.

Bier, Amaury, Paulani, Leda e Messenberg, Roberto

1989 - "Hiperinflação: a economia brasileira no fio da navalha" in José Márcio Rego (Org.), op. cit.

Bresser Pereira, Luiz Carlos

1970 - "Economia Formal e Economia Política" Mimeo. São Paulo: FGV.

1986 - "Prefácio à 5ª edição do livro de Ignácio Rangel - A Inflação Brasileira". São Paulo: Editora Biental.

1986 - "Inflação inercial e choque heterodoxo no Brasil" em co-autoria c/ Yoshiaki Nakano" in José Marcio Rego (Organizador): Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e o Plano Cruzado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

1989 - "A Teoria da Inflação Inercial Reexaminada" in José Marcio Rego (Org.) - Aceleração Recente da Inflação. São Paulo: Editora Biental.

1989 - "Hiperinflação Indexada" in "Economia em Perspectiva" nº 60 - Informativo do Conselho Regional de Economia de São Paulo.

Cardoso, Fernando Henrique

1988 - "Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática" in Alfred Stepan (Organizador): Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Dantas, Daniel Valente

1987 - Indexação. Rio de Janeiro: Edição da Fundação Getúlio Vargas FGV.
Originalmente apresentado como tese de doutorado à Escola de Pós-graduação
em Economia da FGV.

Friedman, Milton

1974 - "Monetary correction. Washington: American Enterprise Institute.

Georgescu-Roegen, Nicholas

1980 - "Métodos em Ciência Econômica". Rio de Janeiro: Edições Multiplic.

Heilbroner, Robert L.

1988 - "Rhetoric and Ideology" in The consequences of economic rhetoric.
Edited by Arjo Klamer, Donald McCloskey and Robert Solow. Cambridge University Press.

Hirschman, Albert O.

1981 - "The political and social matrix of inflation: elaborations on Latin American experience". in Essays on Trespassing: Economics to Politics and Beyond. Cambridge, Cambridge University Press.

Kandir, Antonio

1989 - A Dinâmica da Inflação: uma análise das relações entre inflação, fragilidade financeira do setor público, expectativas e margens de lucro. São Paulo: Editora Nobel.

Trabalho originalmente apresentado como tese de doutorado ao Instituto de de Economia da UNICAMP.

Lara-Resende, André e Lopes, Francisco L.

1981 - "Sobre as Causas da Recente Aceleração Inflacionária". Revista Pesquisa e Planejamento Econômico, nº 11.

Lopes, Francisco L.

1989 - O Desafio da Hiperinflação : Em busca da moeda real. Rio de Janeiro Editora Campus.

McCloskey, Donald N.

1983 - "The Rhetoric of Economics" in Journal of Economic Literature. Junho

1986 - "Rhetoric"- definição de retórica feita por McCloskey para o Dicionário de Economia Palgrave.

1988 - "The consequences of rhetoric" in The consequences of economic rhetoric. Edited by Arjo Klamer, Donald McCloskey and Robert Solow. Cambridge, Cambridge University Press.

Rangel, Ignácio Mourão

1986 - A Inflação Brasileira. São Paulo: Editora Bional.

1988 - Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Editora Bional.

Rego, José Marcio

1986 - "Teorias sobre Inflação: Uma abordagem introdutória" em co-autoria com Freitas, Edson e Mazzeo, Luzia; in Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e o Plano Cruzado - José Marcio Rego (Organizador). Rio de Janeiro Editora Paz e Terra.

1988 - "Repensando a Aceleração da Inflação" em co-autoria com Guilherme Lacerda Folha de S. Paulo, 10/10/88. Republicado em José Marcio Rego (Org.) Aceleração Recente da Inflação: A Teoria da Inflação Inercial Reexaminada. São Paulo: Editora Bional.

1989 - "O Plano Verão deu certo" em co-autoria com Guilherme Lacerda, Folha de S. Paulo, 10/2/89.

1989 - "Inflação Acelerada e Políticas de Estabilização" em co-autoria com Gilberto Tadeu Lima, Folha de S. Paulo 03.04.89.

1989 - "Inércia acelerada: uma contradição em termos", Mimco. FGV S.Paulo

1989 - "Taxionomia Quádrupla do Processo Inflacionário" em J. M. Rego (Org) Aceleração Recente da Inflação: A Teoria da Inflação Inercial Reexaminada. São Paulo: Editora Bional.

1989 - Algumas Experiências de Hiperinflação. José Marcio Rego (Organizador) Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2ª edição.

1989 - "Após a Hiperinflação que não veio" em Jornal do Economista nº 16 Agosto 89, órgão oficial do Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo.

Sardenberg, Carlos Alberto

1987 - Aventura e Agonia: Nos Bastidores do Cruzado. São Paulo: Companhia das Letras.

Serra, José

1989 - "A Hiper, as Terapias e a Sucessão" em Economia em Perspectiva - Carta de Conjuntura do Conselho Regional de Economia - SP nº 58 Junho.

Simonsen, Mário H. e Barbosa, Fernando de Holanda (Organizadores)

1989 - Plano Cruzado: Inércia x Inépcia. Rio de Janeiro: Editora Globo.

Singer, Paul

1988 - "Intelectuais de Esquerda no Brasil: A Experiência do Poder" in O Estado da Transição: Política e Economia na Nova República - Lourdes Sola (Org.) S.Paulo: Editora Vértice.

Sola, Lourdes

1988 - "Choque Heterodoxo e Transição Democrática sem Ruptura: Uma abordagem Transdisciplinar" in O Estado da Transição: Política e Economia na Nova República - Lourdes Sola (Org.) S. Paulo: Editora Vértice

Solnik, Alex

1987 - Por Que Não Deu Certo. Porto Alegre: L&PM Editores

Suplicy, Eduardo Matarazzo

1975 - Os efeitos das minidesvalorizações na Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Edição da FGV.

Tobin, James

1981 - "Diagnosing Inflation: A Taxonomy". In Flanders, M. and Assaf Razin, (Orgs.): Development in an Inflationary World. New York, Academic Press.

Velasco e Cruz, Sebastião C.

1988 - "Empresários, Economistas e Perspectivas da Democratização no Brasil" in Fábio Wanderley Reis & Guillermo O'Donnell (Orgs.): A Democracia no Brasil - Dilemas e Perspectivas. São Paulo: Editora Vértice.

FRENKEL, Roberto, (1979) "Decisiones de precio en alta inflación" in Estudios Cedes, Buenos Aires, 2(3), 1979.

TAVARES, M.C., e BELLUZZO, Luiz G. de Mello, (1986) "Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea" in REGO, J.M., (org.) - Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e o Plano Cruzado, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.